

---Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal de dois mil e doze;-----

---Ponto número três – Eleição e indicação de um membro da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim, de acordo com a Lei número quarenta e cinco, barra, dois mil e oito, de vinte e sete de agosto;-----

---Ponto número quatro – Eleição e indicação de cinco Deputados (suplentes) no caso de impedimentos e ausências dos membros representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim, de acordo com a Lei número quarenta e cinco, barra, dois mil e oito, de vinte e sete de agosto;-----

---Ponto número cinco – Apresentação dos Documentos de Gestão Previsional da Óbidos Patrimonium, E.E.M., referente ao ano de dois mil e doze, para conhecimento;-----

---Ponto número seis – Orçamento da Receita e da Despesa da Óbidos Requalifica – EEM, referente ao exercício económico de dois mil e doze, para conhecimento;-----

---Ponto número sete – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro;-----

---Ponto número oito – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, João Manuel da Gama Lourenço, que foi substituído pelo Senhor Deputado João Maria da Gama Lourenço, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, que foi substituído pelo Senhor Deputado José Carlos Correia Carvalho, André Filipe Freitas Duque, Victor Manuel Pereira Mata, Joaquim Elias Timóteo Carlos e das Senhoras Deputadas Ana Catarina Brás de Carvalho, que foi substituída pela Senhora Deputada Gisele Catarina Rosário Martins Pereira e de Joana Filipa Tavares Nunes.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.---

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação as atas número quatro, de vinte e nove de setembro de dois mil e onze, e número cinco, de vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, as quais foram aprovadas por unanimidade e por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções, respetivamente. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta à presente reunião dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, João Manuel da Gama Lourenço, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, André Filipe Freitas Duque e da Senhora Deputada Joana Filipa Tavares Nunes; E-mail da Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos, remetendo parecer da DGAL sobre o direito à perseguição de senhas de presença por parte dos Senhores Presidente das Juntas de Freguesia, no exercício do seu mandato na Assembleia Municipal e no qual foi colocado despacho do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, no sentido da Câmara Municipal proceder ao pagamento das respetivas senhas de presença; E-mail da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues, remetendo relatório sobre a linha do oeste; Ofício

do Tribunal Judicial de Caldas da Rainha, notificando a Assembleia Municipal, na qualidade de expropriada no processo cento e doze, barra, dois mil, de que foi interrompida a instância, nos termos do disposto no artigo duzentos e oitenta e cinco do Código de Processo Civil. Sobre este ofício, vão ser dadas, pela Câmara Municipal, explicações adicionais; Vários postais de Natal e ofício da Valorsul, remetendo o relatório e contas de dois mil e dez. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, a saber: “Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para a Junta de Freguesia de Amoreira – Transporte de pessoas com mobilidade especial.”.-----

---Como não houve intervenções, foi posta à votação a inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número sete. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: “Proposta – Utilização do correio eletrónico para o envio de convocatórias e outros documentos oficiais – Considerando que: Deve-se privilegiar a opção pelos procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos; Devem os órgãos autárquicos seguir a evolução tecnológica para exemplo dos cidadãos, nomeadamente na implementação de programas e procedimentos para a promoção das tecnologias de informação e comunicação entre os diversos órgãos da administração pública e seus membros com vista à redução de custos e procedimentos mais amigos do ambiente; Devem mostrar preocupação ecológica na defesa do ambiente, mais concretamente, na redução do consumo do papel, consumíveis e energia; Devem contribuir para a redução de custos nomeadamente expedição de correspondência via postal e no consumo de material de escritório. Propõe-se: Como medida de proteção ambiental e redução de custos, que toda a documentação oficial possa ser enviada aos membros da Assembleia através de correio eletrónico; Que cada eleito declare expressamente aceitar que a sua convocatória e restante documentação oficial, para qualquer ato da Assembleia Municipal de Óbidos, e respetivos anexos, lhe sejam enviados para o endereço eletrónico por si indicado, valendo como confirmação o comprovativo do envio, assim como indicar qualquer alteração que venha a verificar-se no seu endereço; Os membros da Assembleia Municipal de Óbidos que não sejam detentores de endereço eletrónico ou que não declarem aceitar a comunicação via eletrónica continuarão a receber em formato de papel, via postal com aviso de receção. Notas: Fica confirmado que os prazos de envio / entrega constantes do Regimento se mantêm. A grande maioria dos eleitos da Assembleia Municipal de Óbidos tem um endereço de correio eletrónico (vinte e oito membros possuem correio eletrónico), com acesso regular. O Município de Óbidos tem espaços de acesso à internet gratuitos, acessível aos seus munícipes.”.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado Rogério Correia fez o seu reconhecimento público ao trabalho desenvolvido pela empresa municipal Óbidos Patrimonium. É do conhecimento de toda a gente a forma como decorreu a última Vila Natal, numa altura difícil, em que a crise bateu a todo o lado. Bateram-se recordes de bilheteira e de visitantes nesse evento. Isso não foi por acaso, foi pelo trabalho desenvolvido pela empresa. É do conhecimento de todos e reconhece esse facto, que é, sem dúvida nenhuma, a Óbidos Patrimonium, neste momento, a maior alavanca do comércio tradicional de Óbidos. Por tudo isso, pensa que faz sentido este reconhecimento. Irá começar o Festival de Chocolate. Deseja que esse sucesso continue, porque seria bom para todo o tecido empresarial do Concelho. Disse que já começaram as procissões, inseridas nas festividades da Semana Santa. Sabe que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, nem da Óbidos Patrimonium a

organização das festividades, mas também sabe que é com o apoio destas duas entidades que ela se realiza. Têm-se vindo a notar, ao longo dos anos, uma grande falta de rigor, principalmente na apresentação da Vila, nesses dias. Quando fala em falta de rigor, fala, nomeadamente, ou principalmente, do trânsito dentro da Vila e nos locais onde passa a procissão. Ano após ano, tem-se notado uma maior quantidade de carros nessa zona. As pessoas que gostam de fotografar a procissão têm de escolher os sítios muito bem, para não fotografarem carros em vez da procissão. Talvez fosse de solicitar aos moradores para tirarem os carros e os desviarem para outros locais de estacionamento e às unidades hoteleiras para, nesses dias, terem o cuidado de pedir às pessoas que nos visitam para fazerem o mesmo. Ainda em relação às festividades da Semana Santa, também se tem vindo a notar que as tradições que existiam em Óbidos estão a deixar de acontecer. Quando a procissão passava o comércio fechava as portas, o que não se verifica atualmente. Não sabe se não seria pertinente enviar uma circular a todos os comerciantes a solicitar compreensão para este facto e voltarem a fechar as portas. Acredita que a maior parte não o faz por desconhecimento ou por distração. Reparou, no domingo, que setenta, ou oitenta por cento das casas já não pratica esse ato. Talvez fosse de ver estas duas situações, para que as comemorações da Semana Santa não caíssem na banalidade, como nas outras terras.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a sua intervenção era para voltar a trazer ao debate as questões da linha do oeste. Há duas ou três Assembleias Municipais atrás, tiveram uma breve discussão sobre essa matéria. Foi suscitada pela moção apresentada pelo Senhor Deputado Custódio Santos e que na altura não foi avante. Entretanto, têm assistido, na imprensa e em vários órgãos, a discussões profundas sobre a questão da viabilidade da linha do oeste, sobre a oportunidade da sua modernização e, eventualmente, até, deixar de existir. Crê que, independentemente das opiniões de cada um e do estudo que tenha sido feito por cada bancada, a linha do oeste é uma mais-valia extraordinariamente importante, e estariam todos de acordo que seria muito importante que ela fosse modernizada e que estivesse ao serviço das populações. Sugeriu que este assunto voltasse a ser retomado e que, eventualmente, pudessem fazer algum trabalho intercalar, para poder sair de uma próxima Assembleia Municipal algo mais sustentável, uma posição conjunta sobre as questões da linha do oeste. Sugeriu, também, que a Câmara Municipal equacionasse a possibilidade do transporte municipal poder também fazer algum transfe, à hora da chegada dos comboios, para a Vila de Óbidos. Pensa que isso não está a acontecer e seria, certamente, uma mais-valia para o turismo local. Mais do que uma proposta concreta, neste momento, gostava de deixar esta preocupação, que acha que é conjunta a todos, membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, para que possam, sustentadamente, fazer uma proposta que seja unanime, em favor da linha do oeste e da necessidade da sua modernização e do bom serviço para as populações locais.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que se vai debruçar sobre alguns assuntos que não têm sido atendidos. Deu os parabéns à Câmara Municipal por ter atendido a um pedido, que foi a abertura do caminho ao lado dos depósitos da água. A ponte de A dos Negros continua sem os apoios laterais, sem resguardo para a passagem de peões e sem iluminação. Perguntou o que é que se passa com as minas do gesso, dado que as pessoas se estão a queixar que lhe caem pedras à porta e, de facto, a mina do gesso só tem a estrada a separá-la das vivendas. Está ali uma cratera enorme. Perguntou o que é que se passa com a Royal Óbidos e se as obras pararam. Continua a existir um buraco na subida da estrada da Capeleira, a seguir à ponte da A oito. Na estrada do cemitério também existe um buraco. No jardim, a seguir ao parque da memória, onde se realiza a feira das velharias, está lá uma cratera enorme, aberta, que contém água de um aqueduto. Existe, no mesmo sítio, uma escada sem resguardo, com uma valeta ao lado que tem mais de um metro de fundo. Está ali um perigo permanente para as pessoas. A passagem para cadeiras de rodas feita no parque, devia ser encostada às escadas, porque tem uma passagem ao meio, já lá está a ficar um buraco fundo e as pessoas passam entre uma e outra. A situação na ponte sobre a A oito,

na estrada da Capeleira, continua na mesma, só existe a redezita e os paus podres de proteção da via rápida. No caso de despiste podem cair na A oito. Já chamou à atenção várias vezes e vai continuar até que as coisas se reponham. Disse que entregou na Mesa duas moções. Uma para continuar o problema sobre a linha do oeste e outra considerando que o poder local é indissociável da existência de órgãos próprios, eleitos democraticamente.-----

---Foi presente a moção apresentada pelo Senhor Deputado do PCP, que a seguir se transcreve: “Moção – A decisão do governo de cessar o transporte de passageiros, no troço da Linha do Oeste, entre as Caldas da Rainha e a Figueira da Foz, é um sério revés no processo há muito reivindicado por autarcas, agentes económicos, utentes e cidadãos em geral, de requalificação deste eixo ferroviário que serve a região do Oeste, incluindo o Concelho de Óbidos. Por outro lado, põe em causa o desenvolvimento económico e social da região e propicia um mais rápido abandono definitivo da Linha do Oeste, com consequências negativas do ponto de vista económico, social e até, ambiental. As populações a norte de Caldas da Rainha irão ficar mais isoladas e afastadas dos Concelhos a jusante e com maiores dificuldades de acesso aos serviços e empresas localizados nestes Concelhos. Por outro lado, a ligação da região ao centro do país, em particular a Coimbra, com importância particular para estudantes universitários e utentes dos hospitais da Universidade ficará seriamente afetada. A viabilidade da Linha do Oeste, no que toca ao transporte de passageiros, no troço em causa, foi já suficientemente demonstrada em estudo e intervenções públicas de técnicos do setor ferroviário. Pelo que, a Assembleia Municipal de Óbidos, reunida no dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, manifesta a sua preocupação e desacordo pela decisão tomada e apela à sua reconsideração, numa perspetiva de futura requalificação da Linha do Oeste.”-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que há algum tempo falou na estrada que vai dos Casais Brancos à Gracieira. O Senhor Vereador Humberto Marques informou, na altura, que estava ao encargo do empreiteiro e que o mesmo é que tinha que ir repor a situação. Gostava que o Senhor Vereador lhe fornecesse os dados do empreiteiro, porque continua tudo na mesma.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que há dez anos que ouve falar na linha do oeste, episodicamente, quando acontece, basicamente, alguma decisão de um governo, em matéria que, de algum modo, diga respeito à linha do oeste. Foi assim quando se falou na questão do aeroporto da Ota, em que a relação que se estabeleceu foi uma relação de, no plano de investimentos, daquilo que representava o universo do aeroporto, quer em matéria rodoviária, quer em matéria ferroviária, obrigar a uma requalificação da linha e, nesse âmbito, com o *volte-face* espantoso, talvez um dos maiores a que assistiram na política portuguesa nos últimos cinquenta anos, abdicaram de um investimento em prol de uma localização que foi estudada durante décadas, para, em pouco tempo, mudar completamente essa intervenção. No dia treze de junho de dois mil e oito, salvo erro, perdeu todas as suas esperanças em relação à linha do oeste e em relação a muita coisa que se poderia fazer no oeste. Acha que foi um golpe que, historicamente, ficará marcado naquilo que é o desenvolvimento do território e naquilo que era uma certa conceção de investimento público, isto é, para que determinados investimentos pudessem ter lugar era fundamental que existisse uma estratégia pública de intervenção liderada pelo governo central e que, de alguma maneira, a sociedade civil, as instituições, mas acima de tudo, os empreendedores dessa região, ou lá estavam, ou que a procurassem e passassem futuramente a estar, iriam depois ampliar e potenciar. Nessa altura, pareceu-lhe que se perdeu, com muita clareza, aquilo que era a possibilidade de refazer um conceito de linha que morreu nas últimas décadas. E morreu, particularmente, em mil novecentos e noventa e oito, quando se decidiu que o oeste haveria de ser atravessado por uma autoestrada e que essa autoestrada traria um nível de competitividade à região, que jamais deixaria que a linha do oeste passasse a ter condições para ser alternativa à rodovia, ou seja, enquanto a autoestrada se afirmou e foi o grande elo de comunicação e de mobilidade, exatamente, no mesmo dia, ela estabeleceu e condenou,

praticamente, à morte, a possibilidade de o eixo ferroviário, que era a visão de desenvolvimento do século dezanove, quase cem anos depois, poder fazer o mesmo em termos de desenvolvimento territorial pela região. O que está a dizer é que do ponto de vista da competitividade, criou-se um argumento muito forte, que foi o argumento, por parte de quem é dono da linha e quem explora a linha, de que não é possível competir com a A oitavo. Com esse argumento, atravessaram vários responsáveis, vários titulares da pasta, secretários de estado, ministros, que nada fizeram, nos últimos vinte anos, pela linha do oeste. Mas, no entanto, construiu-se uma espécie de *sound bite* que é o da requalificação da linha do oeste. Ninguém sabe o que é essa requalificação. Há uns que ainda dizem que vão fazer uma eletrificação da linha, mas a discussão é, praticamente, nula. No entanto os representantes, como os que estão na Assembleia Municipal, da população, mesmo sem a população falar na linha do oeste, ainda falam da mesma. Conhece pessoas que acham que a linha do oeste é uma excelente bandeira política, para se fazer política. Mas não consegue encontrar nessa ideia, nenhuma razão forte, para mobilizar verdadeiramente as populações, por uma razão, é que ninguém tem uma ideia que seja sobre aquilo que poderia ser a linha do oeste, ou esse eixo, onde no século dezanove se construiu a linha. Ninguém tem uma ideia de inovação, de futuro, do que é que se poderia fazer, absolutamente nada. Nem há grande interesse em ter. Sem desprimor para aquilo que trazem, já se percebeu que hoje faz parte, novamente, da agenda política, as moções, que não interessam para nada. No momento que estão a atravessar, aquilo que deveriam estar a estudar era o que fazer daquele espaço canal, como se diz no ordenamento do território. Como é que podem tirar partido, ao nível da economia, da mobilidade das pessoas, o que podem fazer ali, como é que podem ser diferentes em relação a outras regiões, como é que podem ser diferentes em relação a outros territórios europeus, pegando numa coisa que existe e que, há décadas, ninguém quer saber. Acha que perderam muito tempo com estudos, a demonstrar isto, a demonstrar que a outra coisa é mentira, que afinal não é bem assim. Uns dizem que é um bocadinho rentável, ou que podia haver um serviço melhor. Podia, mas se calhar nenhum dos presentes iria utilizar a linha, porque para Lisboa, onde o pendulo é fortíssimo, vão de carro. A inexistência de uma visão, sobretudo nos últimos anos, para que o transporte de passageiros pudesse ser feito naquele local, foi completa. Foi completa e tão disparatada que chegou a ver uma Secretária de Estado dos Transportes recusar propostas, como a de pensar a questão do território, ligação da linha a norte, na zona de Leiria, que era fundamental, com um grande nó, em que a rodovia podia fazer uma espécie de ligação intermodal, e entrarem numa linha de comboio, e a sul, obviamente, dirigi-la ao grande centro de transportes, que é a Gare do Oriente em Lisboa. Nunca viu o poder político, nos últimos anos, e, nomeadamente, quando houve possibilidades fortes do ponto de vista de financiamento comunitário, por exemplo, fazer uma defesa de retirada da chegada a Lisboa no Cacém, que é uma ideia fantástica, de facto, e altamente acolhedora, irem para Lisboa e saírem no Cacém, e defender um investimento que seria essencial na ligação a sul, que seria, mais ou menos na zona do MARL, ligá-la à Gare do Oriente. Esse sim, era um investimento com algum peso económico, mas era a única possibilidade de salvar a linha do oeste. Chegou a apresentar, com outras pessoas, em sede da Associação de Municípios, em debates, mas viu a preferência de coisas tão inexplicáveis, como ter uma paragem de TGV em Rio Maior e assistiu a um virar de costas completo da linha do oeste. Virem agora achar que um lamento, atrás de um lamento, uma preocupação atrás de um desacordo, ou de um acordo, parece-lhe, sinceramente, que não vale absolutamente nada, porque não há um conceito, não há uma ideia forte e não há uma justificação e uma fundamentação que possa, sequer, mobilizar as pessoas. Não encontra ninguém, em nenhum sítio da rua, que lhe fale da linha do oeste. Neste momento está entregue a quem ainda não percebeu que precisava de trabalhar um pouco mais o dossier e o tema, para suscitar algum interesse, quer das pessoas, quer por parte dos decisores. Só confrontados com uma estratégia muito forte, poderiam, de alguma maneira, acolher a ideia. Não vão encontrar nenhuma saída, sobretudo na conjuntura que estão a atravessar. Estão entre a luta pela sobrevivência como país e uma espécie de

desgraça total. É o discurso que retrata a realidade do país. Todos os dias têm que fazer continhas e têm que tomar medidas que parecem, um tanto ou quanto, estúpidas aos olhos das pessoas, mas que está apenas concentrado na ideia da luta pela sobrevivência, enquanto país. Ninguém pensava que chegassem até aqui. Mas houve também quem os conduziu até aqui, quem ignorou as linhas do oeste todas, quem ignorou as oportunidades todas, quem esbanjou dinheiro de uma forma, essa sim, muito estúpida, e que hoje, aquilo que alguns fazem, é passar uma esponja, purar e simplesmente, por esse trajeto e por esse caminho. Vão continuar a pagar muito caro. Não vai dar o seu contributo, a não ser para debates sérios, se calhar mais técnicos, de questões que partem de ideias fortes. Agora não esta ideia vazia e oca da requalificação da linha do oeste, quando, do ponto de vista económico, está mais do que demonstrado que ela não tem colhido, absolutamente, sucesso nenhum. Como estratégia, e errada, e do ponto de vista substantivo não atrai absolutamente ninguém. Por mais que alguns presidentes de câmara se envolvam, que alguns jornais se envolvem, que se possa fazer umas moçozezitas e uns títulos nos jornais, acha que do ponto de vista da realidade é espuma dos dias, que não trará, nem procura, se calhar, trazer, intencionalmente, a resolução do problema, mas apenas fazer um exercício que muitas vezes a classe política faz e nela não se exclui, mas lamenta que aconteça, que é fingir que se preocupam. Gostava muito que sobre a linha do oeste, numa próxima Assembleia Municipal, houvesse um desafio diferente, que era o desafio de provocar uma discussão à volta do que é que podem fazer ali e com aquilo. Aí sim, Óbidos poderia ter um papel muito mais positivo do que aquele que tem tido. Seja em relação à linha do oeste, seja em relação a questões da saúde, questões do turismo, questões da agricultura, o que for. Precisam de fazer um trabalho de casa completamente diferente do que aquele que tem sido feito e têm que repensar isso. Quando pensaram o modelo de desenvolvimento do território, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal participou numa reunião e deixou uma proposta, que durante meses foi trabalhada com equipas que envolveram Universidades Portuguesas, Universidades Estrangeiras, entre outras, sobre aquilo que podiam fazer na linha do oeste. As pessoas ficam de tal maneira interessadas no assunto, que o mesmo morre, exatamente, ali. É essa a falta de coordenação das coisas. A perspetiva é de ligar toda a concessão de ordenamento do território, toda a concessão de mobilidade e tirarem partido daquilo que têm. Acha que é perder tempo fazer propostas deste género. Aproveitem estas áreas e fazerem um eixo daquilo que é o transporte público do futuro, seja rodoviário, seja de carro, etc.. São propostas que neste momento, em Portugal, e da maneira como estão a tratar as questões políticas e os projetos, dificilmente poderão ganhar adeptos, ou poderão mobilizar as pessoas, porque as pessoas acham que isso é tudo uma grande utopia, é tudo uma coisa demasiado distante para eles. Talvez só daqui a vinte anos pudesse ser implementada. Pelo menos isso ainda os faz interessar sobre o tema da linha do oeste. Alguém lhe disse para que queriam a linha do oeste? Fechem aquilo. Vai-se abrir uma nova oportunidade para se poder fazer alguma coisa bem melhor. Teve uma reação muito clássica e disse que têm que continuar a defender a linha do oeste. Cada vez mais, pergunta a si mesmo se de facto este exercício e esta abordagem que têm dado ao problema são os mais corretos e se não precisam de passar por situações deste género, para repensar aquilo que têm, o património, as questões todas da herança que têm recebido e estão, completamente, a desaproveitar. Não têm sido capazes de tirar um grande partido disso. A linha está como sempre esteve, como era nas últimas décadas, as melhorias são praticamente nulas, a não ser no material circulante, que as pessoas nem sabem o que é que isso quer dizer, mas, supostamente, é aquilo que circula sobre carris. Mais do que uma preocupação, ou de achar que o governo vai ter aqui uma visão completamente diferente, não acredita e acha que o caminho não é por aí. O caminho é outro e o exercício tem de ser muito mais aprofundado. Seria muito interessante que a Assembleia Municipal quisesse mesmo saber da linha do oeste. Não para discutir governos, não para discutir estudozinhos, mas para discutir visões, nem que elas demorassem décadas a ser implementadas. Talvez aí abrissem um novo caminho para o oeste.----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal

não tem dúvidas sobre a linha do oeste. Ela tem muitas. Não veio com nenhum preconceito acerca da linha do oeste. Se ouviu as suas palavras, coisa que dúvida, aquilo que disse foi que acha que é uma matéria extraordinariamente importante. Teve acesso a um relatório, partilhou com os colegas da sua bancada e da bancada do PSD. Acha que é um estudo que vai muito longe no que diz respeito às questões da linha do oeste. O que propôs foi que tenham um espaço de debate desta para a próxima Assembleia Municipal, que possam refletir sobre esta matéria e que possam tomar uma posição unânime. Ninguém veio dizer que é assim ou que é assado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos não tem dúvidas, mas ela tem muitas dúvidas. Continua a achar que a linha do oeste pode ser uma enorme mais-valia, pode ter modernizações, que não discute, porque não percebe, rigorosamente nada, de transportes. Sabe, que se calhar, para a deslocação para Lisboa é mais fácil usar a A oito. A A oito, provavelmente, matou a linha do oeste. Mas há, certamente, deslocações entre os Concelhos vizinhos e em toda a rede para norte, até à Figueira da Foz, em que faz todo o sentido haver circulação de pessoas. Não tome as posições dos outros por aquilo que não são. Veio de peito aberto propor que a Assembleia Municipal tenha um espaço de discussão e, inclusivamente, se houver necessidade disso, poderiam fazer reuniões intercalares, com membros de um lado e do outro, que possam discutir este assunto de uma forma clara. Não têm que ter preconceitos quanto a isso. Não estão a falar de politicagem nem de politiquices. Não quer discutir governos nem quer discutir mais nada. Quer que a Assembleia Municipal possa debater este assunto de uma forma séria, sem preconceitos e não avançou com moção nenhuma, porque não tem ideias concretas sobre o assunto. Não gostou muito de ouvir aquilo que lhe pareceu que eram umas críticas bastante acintosas à sua posição, ou à posição do PS.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem desconhecimento total do que as pessoas pensam sobre a linha do oeste. Noventa por cento das pessoas do Concelho e limítrofes são a favor da linha do oeste. O Senhor Presidente da Câmara Municipal está a transbordar uma situação que não é real. Se reconhece e está de acordo com a austeridade que aí vem e de haver cada vez mais pobres, não sabe como é que acha que as pessoas têm condições de se deslocar, cada vez mais, de automóvel. As pessoas cada vez vão andar menos de automóvel. A não ser que o caminho-de-ferro sirva também para transportar uns vagões com uns burros e, durante os dez anos que diz que são precisos para requalificar a linha, passem a deslocar-se naquele meio de transporte, quando forem a Lisboa, ou a outras localidades. As pessoas dos concelhos limítrofes não têm outra alternativa. Cada vez ficam mais isoladas, cada vez há mais desertificação. Recolheu assinaturas com muito boa gente. Raramente aparecia uma pessoa que não subscrevia o abaixo-assinado pela linha do oeste. Raramente aparecia uma pessoa que não reconhecia a situação, mesmo que não fosse utente do caminho-de-ferro.----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não é a primeira vez que este assunto é trazido à Assembleia Municipal. Não é a primeira vez que é apresentada uma moção, sem que trouxesse nada de novo, ou acrescentasse o que fosse, para que se fizesse uma segunda votação. Por mais importante que seja o pensamento da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos não esteve a rebatê-lo, porque o pensamento da Senhora Deputada foi um pensamento direto, a requalificação da linha do oeste, com uma pequena infelicidade, que é a questão do transbordo, de se ir buscar ali à estação, uma vez por dia, porque o comboio só para uma vez por dia em Óbidos, com um autocarro, as pessoas que não vêm, porque o comboio não trás ninguém. Ali não entra nem sai ninguém. A Câmara Municipal poderia, talvez, alugar um táxi. Já que estão nesta situação de crise, também é uma boa ideia para estimular, ajudar e apoiar os empresários do Concelho. A linha do oeste chegou ao fim da linha há muito tempo. Com setecentos milhões de euros de défice anual e com uma dívida superior a três mil milhões de euros, não é possível que a CP continue a gastar o dinheiro que está a gastar. Estarem a protestar contra o destino não é assim um exercício extraordinário. A única pessoa que viu, há mais de vinte anos, a defender a linha do oeste, foi o Dr. Carlos Cipriano na Gazeta das

Caldas. Essa defesa foi constante e permanente, mas também não teve grande sucesso, no sentido de entusiasmar as pessoas pelo comboio, uma vez que os utentes estão cada vez mais afastados da linha do oeste, como estão mais afastados dos caminhos-de-ferro, porque os mesmos não são atrativos nem competitivos. Se existe material circulante novo, o combustível continua a ser o velho combustível do gasóleo que a automotora gasta no vai e vem que faz aqui, cinco vezes por dia.-----
---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que fica satisfeito por a sua intervenção ter provocado reações, mas por outro lado não fica, porque não compreenderam. Criticar, dizendo que apresentar moções, neste momento, face à necessidade de discutir isto de uma outra maneira, é uma crítica que não tem importância nenhuma. Não merece, sequer, nenhuma reação, porque as moções não fazem mal nem bem, não fazem nada. Neste momento não fazem absolutamente nada. Sobretudo moções que vêm apenas dizer que estão preocupados. Todos são defensores daquela infraestrutura. Têm uma ideia de que aquilo poderia ser melhor potenciado. Há anos que dão ideias e propõem soluções, que nos últimos anos foram enterradas. Não quis entrar num detalhe técnico ou numa questão mais dessa natureza, mas só faz sentido combaterem a questão da competitividade com a A oito a partir do momento em que é mais rápido chegar de comboio, mais cómodo e mais barato. Estas três circunstâncias têm que existir e elas não existem, nem vão passar a existir. Se conseguissem pôr Leiria a menos de uma hora da cidade de Lisboa, podiam fazer, na zona de Leiria, um deslocamento de quem vem do norte para aceder à cidade de Lisboa, pela ferrovia, e fazer uma ligação da linha do norte à linha do oeste. Outra coisa que nunca foi bem resolvida. Fazer isso a norte, fazer isso a sul, colocar Caldas da Rainha a menos de quarenta minutos da Gare do Oriente, era fundamental, ou Leiria a menos de sessenta minutos. Tudo o resto é algo que não tem substância, não tem interesse nenhum. É, se quiserem, uma ideia romântica, que fica só pela graça de dizer que já defenderam, que são defensores, que também gostam. Aqui, são todos a favor, mas nem as pessoas lá fora acreditam. Se passar com um papel à frente deles, assinam, mas já deixaram de acreditar, há muito tempo, na possibilidade de poder contar para os seus investimentos, para a sua mobilidade, para as suas deslocações, com isso. Todos já aceitaram, de alguma maneira, isso. Há uma espécie de resignação. Quando o governo anterior deu a machadada que deu no aeroporto internacional de Lisboa, quanto à sua localização, em primeiro lugar, e depois em toda aquela deriva do TGV e da forma como a linha foi tratada nesse quadro, viu que não havia hipótese nenhuma, mesmo com um financiamento comunitário elevadíssimo, que permitiria alavancar a dimensão de investimento público, mas que mesmo assim, não seria suficiente, porque era preciso ter um projeto cuja visão operacional, isto é, cujos proveitos que de lá se retirassem pudessem atrair para uma gestão privada, para poder captar investimento privado. Não se trata de, neste momento, estarem a atirar pedras uns aos outros. Não é essa a sua intenção. Nem se referia à Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, que se sentiu logo muito beliscada. Estava a tomar mais atenção ao texto, porque o ouviu lido da boca do Senhor Deputado do PCP, mas pelos vistos é a mesma coisa. Não estava a levar em consideração aquilo que era a proposta, ou se a tinha apresentado. Não se estava a dirigir à intervenção da Senhora Deputada. Aqui, o mais importante é o tema, é a falta de ideias fortes e a falta de mobilização à volta dessas ideias fortes, que julga que deveriam ser suscitadas. Nessa medida, a provocação que fez, foi no sentido de se fazer um bocadinho mais o trabalho de casa e de se pensar melhor este assunto. Se não for na próxima reunião, quando estiverem preparados para o fazer, convidem-no para participar nesse debate e nessa questão e se tiver essa dimensão, participa. Se for só para aparecer no jornal com mais uma moçãozinha que não diz absolutamente nada, é inócuo, e hoje, os tempos que estão a atravessar pedem tudo, menos dos autarcas gastarem tempo com situações inócuas. Não confundir que está contra a requalificação da linha do oeste, ou que acha que não deve ser feita, mas têm que aproveitar este momento para repensar isto de uma maneira completamente diferente. Estes tiques clássicos de andar a dizer que deviam fazer, deviam requalificar, deviam eletrizar, para quê? Para acabar no Cacém. Para terem esta estrutura de postes, como têm. A Refer tem um protocolo assinado com o

Município de Óbidos, que é público, para, em consequência do compromisso que negociaram e exigiram à Refer, proceder ao encerramento de todas as passagens de nível no Concelho de Óbidos por troca de passagens superiores. Não foi cumprido, porque não há capacidade financeira para o fazer. Todos os dias têm pessoas que atravessam passagens de nível, que dependem de uma tecnologia de sinalização, que pode falhar. Não se importam que fechem as passagens de nível desde que, em troca, os investimentos permitam mais segurança, rapidez de atravessamento, maior mobilidade, etc.. Fizeram-no quando obrigaram a Refer a fazer uma passagem após o encerramento na zona do Casal da Toiça. Mesmo aí as manifestações mobilizaram cinquenta, sessenta, setenta pessoas. Não foi por causa disso que deixaram de ir lutar pelas populações e pelas poucas pessoas que faziam atravessamento junto do Bairro das Morenas, para ganharem um protocolo que foi cumprido a cinquenta por cento. Nessa medida fizeram a passagem superior, potenciaram a ligação ao parque tecnológico e resolveram a ligação por ali. Mas faltou, por exemplo, a passagem superior junto à antiga estação. Antiga estação, é assim que dizem. Não é uma estação. É uma antiga estação, é assim que as pessoas dizem. Antiga, velha, há muitos anos. Nesses tempos em que se fazia promoção turística na estação de comboios dos Restauradores e no Rossio. Hoje em dia a única forma de viabilizar e de se justificar os transportes é quando conseguem montar comboios especiais no âmbito dos eventos que a Óbidos Patrimonium faz. É a única circunstância que garante passageiros e que dá sentido económico à CP para fazer a utilização da linha. Quando quiserem fazer um debate como deve ser, com apresentação de propostas e de ideias fortes, convidem-no, que lá estará. Quanto ao resto é espuma dos dias.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido reprovada por nove votos contra, nove abstenções e sete votos a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do PCP, que a seguir se transcreve: “Moção – Considerando que o poder local é indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição, às Leis, aos Tribunais em sede de aplicação dessas mesmas Leis e ao povo, é parte da arquitetura do Estado Português; Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que intervêm, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efetiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua ação e ainda pelas realizações concretas que promovem e que têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; Considerando que o poder local e as pessoas territoriais que o integram detêm atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; Mais considerando que o poder local é herdeiro de tradições centenárias (milénares no caso de muitas freguesias que querem ver extintas) em que se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade comunitária local e nacional; Considerando por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas, sendo ínfimo o das freguesias; A Assembleia Municipal de Óbidos, reunida em vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, delibera: Um – Manifestar a sua convicção de que as autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às ações que contribuam para atenuar os efeitos da crise, em particular os reflexos sociais mais negativos; Dois – Manifestar a convicção de que a extinção de autarquias em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, trará novos e maiores gastos e diminuição da qualidade dos serviços prestados às populações e empobrecerá a vida democrática local; Três – Manifestar a sua discordância pela eventual decisão de extinguir freguesias neste Concelho; Quarto – Manifestar a sua discordância por quaisquer decisões que visem pôr em causa o Poder Local Democrático e as suas

características consagradas na Constituição da República Portuguesa; Cinco – Enviar cópia desta moção ao Sr. Presidente da República, à Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Associações Nacionais de Municípios e de Freguesias e à Comunidade Intermunicipal do Oeste.”.-----

---Como não houve intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido reprovada por oito votos contra, dezasseis abstenções e um voto a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que se associa aos parabéns e às solicitações que fez o Senhor Deputado Rogério Correia, ao desenvolvimento da atividade da empresa Óbidos Patrimonium e, em concreto, à vinda ou à associação da Disney ao Festival que vai ocorrer. É o fruto do que tem sido elaborado ao longo dos anos e que tanto têm assistido na Assembleia Municipal, infelizmente com tão pouco apoio da oposição. Toda a visão e toda a estratégia que tem sido desenvolvida para o Município e que é vertida, muitas vezes, no que as empresas têm operacionalizado na ação do Município. Criou uma marca, criou algo que faz com a Disney se associe a este Festival. Nesse sentido é o fruto e o resultado da estratégia do Município. Devem felicitar a empresa por o desenvolver.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a sua intervenção é sobre um assunto que é suprapartidário e supra-ideológico e tem que ver com o cuidado básico essencial que é a saúde. Todos sabem que está em curso uma reorganização da rede hospitalar e dos cuidados hospitalares. Não acredita que não haja ninguém na sala que não esteja preocupado com as mudanças que se avizinham em relação à mudança de serviços hospitalares, nomeadamente para o hospital de Torres Vedras que, segundo já se esteve a informar, até em condições não é tão bom como o das Caldas da Rainha. Sabe que nas Caldas da Rainha, em concreto, a população, talvez por ser um meio mais urbano, já se está a movimentar e que o Presidente da Câmara de Caldas da Rainha também se está a movimentar nesse assunto. Não acredita que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não esteja a fazer nada em relação a este assunto. Com certeza que também é um assunto que o preocupa. As pessoas irem com uma criança, a meio da noite, ao hospital das Caldas é diferente de terem de ir ao hospital de Torres Vedras. Quem tem crianças pequenas percebe, mais do que ninguém, esta dificuldade. Por ser uma matéria que é transversal a todos e apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal já ter manifestado a inutilidade, no seu entender, das moções, mas como as moções são uma tomada de posição escrita, tem uma moção para apresentar. É um assunto suprapartidário e teria muito gosto em que a bancada do PSD também a subscrevesse. Foi presente a moção apresentada pela Senhora Deputada Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Moção – Considerando que há elevado risco da população do Concelho de Óbidos ficar mais distante de cuidados de saúde, conforme resulta da proposta de reorganização dos cuidados hospitalares na Região Oeste, de fevereiro de dois mil e doze, da ARSLVT. Este assunto está relacionado com a recente entrada em serviço de um novo hospital em Loures e estar eminente a decisão de fundir os Centros Hospitalares Oeste Norte e Oeste Sul, este último em Torres Vedras. Que no Centro Hospitalar Oeste Norte já estará decidida a não renovação de dezenas de contratos de trabalho, designadamente de pessoal ligado diretamente aos cuidados de saúde. Na melhoria da gestão da saúde devem ser tidos em conta não só as despesas do Estado como as dos cidadãos. Sem prejuízo de medidas de melhoria da gestão do Serviço Nacional de Saúde, seria grave para a população do Concelho de Óbidos e dos demais do Oeste Norte que o hospital de Caldas da Rainha venha a perder especialidades basilares, as quais consta que passarão para Torres Vedras. A diferença entre ter um hospital a alguns minutos de distância, como é o caso da população do Concelho de Óbidos face ao Hospital Oeste Norte, em Caldas da Rainha, ou a ida para Torres Vedras, pode fazer a diferença entre a vida e a morte. O Centro Hospitalar Oeste Norte, sem prejuízo de melhorias sempre suscetíveis de implementar, presta um bom serviço à população. Para além do atual governo querer retirar serviços de passageiros da linha do oeste, de ir encerrar o Turismo do Oeste, a ex-Região de Turismo do Oeste, cuja sede é em Óbidos há dezenas de anos, prepara-se agora para querer enviar utentes

da saúde desta zona para Torres Vedras. A Assembleia Municipal de Óbidos apela à união na defesa da manutenção das especialidades basilares do hospital que se encontra a alguns minutos do Concelho de Óbidos e recomenda à Câmara Municipal para sensibilizar a Administração de Saúde e o Governo para que se mantenham as especialidades basilares no hospital de Caldas da Rainha e também as extensões de saúde existentes no Concelho de Óbidos.”. Perguntou que medidas é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto pessoa preocupada e órgão preocupado com esta matéria, pensa fazer e que tomada de posição pensam fazer para a defesa dos cuidados básicos essenciais de saúde e do bem-estar e conforto dos munícipes de Óbidos. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rogério Correia, na parte em que fala sobre as manifestações religiosas, está plenamente de acordo com ele e reforça essa necessidade, porque as procissões, além de uma manifestação turística, são uma manifestação de fé e, como tal, tem que se dar dignidade. Há muitas pessoas que vêm só para tirar fotografias, mas há pessoas que vêm para manifestar a sua fé e há que dar dignidade. Pensa que a Câmara Municipal pode dar uma ajuda para que se melhore, também, a imagem da Vila, porque, com certeza, ninguém fica bem na “fotografia”, se no meio, ou ao lado da procissão, estiverem carros, até para uma melhor circulação de pessoas.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que a situação do hospital regional de Caldas da Rainha é mais uma reivindicação do governo para acabar com tudo o que é serviço para os utentes, para quem tem mais dificuldades, para os mais carentes, para as crianças e para os idosos. Há uma outra vertente, muito mais forte, para acabar com o hospital de Caldas das Caldas e com o hospital dos banhos, que é acabar mesmo com aquilo e acabar com o pulmão das Caldas para urbanizar aquela zona. Essa é que é a grande versão do Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha e de alguns autarcas daquela cidade. Esse é o perigo constante que lhe soa e ao qual devem estar atentos.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que na moção que foi posta, não foram confrontados com nenhum facto, rigorosamente concreto, foi mais com receios. Receios de que se calhar vão rescindir alguns contratos de trabalho com profissionais, mais ou menos, ligados à área hospitalar e mais diretamente ligados à área da saúde. Há receios que algumas valências basilares, não sabe quais, passam acabar no Centro Hospitalar das Caldas. O primeiro aspeto é que não há um facto, há um receio e pedem-lhes para tomar uma posição sobre receios, sem que saibam, sequer, qual é a escala, a dimensão desse mesmo receio. Foi frisado no texto apresentado que o governo atual se preparava agora, todo contente, para acabar com o hospital das Caldas, depois de ter acabado com a Região de Turismo do Oeste e depois de ter acabado com a linha do oeste. É sobre estes dois aspetos que se quer referir. Quanto ao primeiro é sempre relativamente fácil atemorizar as pessoas num dos assuntos que dizem respeito à proteção da saúde. Há alarmes que são enganosos e que são mal-intencionados e este, seguramente, o não será. É um receio. O último grande receio que houve foi do governo do Eng.º José Sócrates que se aprestava para fechar a urgência do hospital das Caldas da Rainha. Acabou por não ter consequência com a mudança de governante. Acabar com a urgência noturna das Caldas, era a noturna que se tratava, atinge quatrocentas mil pessoas. Ainda antes das dificuldades e dos constrangimentos orçamentais e dos acórdãos de redução de gastos do estado feitos com a troika, se punha a questão, se discutiu e se continuava a discutir quais as valências que se vão ter aqui, que vão ter ali, quais é que estão nas Caldas, quais é que estão em Alcobaça, quais é que estão em Torres Vedras, quais é que estão em Leiria, por uma questão de complementaridade dos serviços e da racionalização da prestação de cuidados de serviços às populações. Essa discussão é antiga. Quando não há dinheiro, fazer racionalizações, fazer um esforço maior de complementaridade é óbvio. É o que qualquer família faria. Se há quatro serviços idênticos para uma população homogenia do ponto de vista do acesso territorial, não poderão estar os quatro abertos se não houver meios financeiros para isso. Se a questão que se põe é de racionalizar e complementaridade de valências dos hospitais diferenciados aqui da região e, particularmente, o hospital das Caldas, relativamente ao hospital de Torres Vedras, relativamente ao hospital de Alcobaça e relativamente ao

hospital de Leiria, não lhe parece que esse receio seja um justo receio, no sentido de diminuição de garantias da proteção à saúde das populações. Quanto ao segundo aspeto, que era o governo que se preparava para fazer. Há situações que não podem contrariar, por mais que queiram e que gostassem. Se não têm dinheiro, não podem comprar um carro. Se não têm meios suficientes para ter os filhos na escola privada eles vão para a escola pública. As famílias sabem gerir os magros orçamentos que têm. O estado, hoje, está obrigado a fazê-lo, com o maior aperto. Não dá para estarem sempre a lamentar e a protestar contra o destino. Era bom que estivessem cientes que quem pôs no memorando da troika, como obrigação do estado português, encerrar a linha do oeste, foi o Engenheiro Sócrates, como Primeiro-Ministro. Foi esse governo, não foi este, que agora se apresta. Quem pôs no memorando da troika a racionalização dos serviços regionais do estado, não foi este governo, foi o governo do Engenheiro Sócrates. Se lhe perguntassem se gostava mais que houvesse o polo turístico da Região de Turismo do Oeste e se gostava mais que houvesse várias redes internacionais de promoção de Portugal no estrangeiro, seja no comércio externo, seja no turismo, seja na rede diplomática, melhor ainda. Se não há meios é possível que essas três redes sejam fundidas numa só. Isto não foi uma escolha e, muito menos, foi uma escolha deste governo. Nesta história do hospital distrital das Caldas não foi este governo que se apresta ou que se deixa de aprestar. O que aconteceu foi com a seriedade, com a firmeza na defesa do interesse geral, que o Engenheiro José Sócrates pôs nestas questões, fez primeiro com que o hospital Oeste Norte fosse para as Caldas, depois já não há hospital Oeste Norte para ninguém, depois vai-se requalificar e ampliar o hospital de Caldas para ter mais camas, que tem cento e vinte, para ter mais valências sobre aquelas que agora tem e que não pode ter em termos de orçamento. Acabou também com a requalificação do hospital das Caldas. Não é só acabar com o hospital Oeste Norte, não há. Isso era contrapartida relativamente ao aeroporto, vai-se para a requalificação. Aí o Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha achou muito bem. Deixou cair o hospital Oeste Norte e aceitou, com ambas as mãos, a requalificação do hospital, que nunca foi feita, nunca foi libertado qualquer meio financeiro para o fazer e que nunca se quis, rigorosamente, fazer. Aquelas decisões que foram tomadas antes de Portugal ter pedido ajuda internacional, foram essas. Mas depois, quando pediu ajuda internacional, foi o Engenheiro José Sócrates que o fez, não é este governo que se apresta a fazer, as obras públicas ficaram todas suspensas. Não há investimentos em infraestruturas coletivas para ninguém. Se aqui houve e, sobretudo na fase em que as coisas podiam ser feitas, porque havia meios e não havia os constrangimentos, elas não foram feitas por falta de firmeza na defesa dos interesses, por falta de um caminho verdadeiro. Não é no sentido da promessa. Estas ações não são deste governo que se aprestou a fazê-lo, são do governo que o fez, que os deixou na situação em que estão e que por mais que queiram protestar contra o destino, não têm outra maneira de reagir, se não resignarem-se com aquilo, relativamente ao qual, nada, mas mesmo nada, podem fazer, porque tudo aquilo que havia a fazer, foi feito e, neste particular caso, desfeito.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o que esteve a falar não é um receio, é o que consta de um documento que está disponível na internet, é um documento oficial da Administração Regional de Saúde. É claro que é fácil falarem em racionalização dos meios e dos serviços. É privilegiada nesse aspeto, porque mora em A dos Negros e, mais facilmente, tem acesso a vias rápidas, por exemplo, para ir para Torres Vedras. Quem mora no Vau e partir uma perna a meio da noite, tem que ir para Torres Vedras em vez de ir para as Caldas da Rainha, muitas vezes sem ter logo os recursos próprios à espera. Se não explicarem isso às pessoas não vai ser muito fácil elas perceberem. Estes receios são um justo receio. Mais do que um justo receio é uma evidência, é uma pretensão, é oficial, está publicado e está livre na internet para quem quiser ver. Quer saber o que é que a Câmara Municipal vai fazer, ou não. Por certo vai fazer alguma coisa para defender os interesses da população.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara Municipal tem um elenco de seis Vereadores, para além dele e, portanto, ele não é a Câmara Municipal, pelo que terá que perguntar à

mesma. Disse que têm uma relação fortíssima com a cidade de Caldas da Rainha. O que é bom para Caldas da Rainha não é mau para Óbidos, pelo contrário. Na área da saúde, não vai atrás de algumas armadilhas, algumas até que tentaram meter umas casquinhas de banana da Assembleia Municipal. Nunca foi defensor de proposta quando se discutia a localização do novo hospital e havia a chamada guerra entre Caldas e Alcobaça. Houve, na Assembleia Municipal, quem tentasse que Óbidos se aproveitasse dessa situação para propor uma localização, às portas, praticamente, da Vila de Óbidos, no Concelho de Óbidos ou muito próxima do Concelho de Óbidos. Por mais que pudesse e fizesse sentido, até, poder construir um hospital naquilo que se estava a pensar e aí estavam todos de acordo, achou que era preferível ter a contensão de primeiro garantir que o hospital ficava em Caldas da Rainha e depois se ficava na zona norte ou na zona sul daquele Concelho. O que era importante era que o Oeste pudesse ter um hospital e que esse hospital ficasse nas Caldas da Rainha. Às vezes sentiu, até, que parecia ser ele o Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, tanto foi a defesa que fez desse hospital, naquela cidade, dentro da Associação de Municípios, na Assembleia Municipal, em variadíssimos sítios, porque sempre achou que a necessidade, o crescimento, o desenvolvimento territorial, exigia uma oferta de serviços de saúde, e isto, pensava-se, porque o governo estimulou um plano de construção de uma rede hospitalar nova, de raiz, brutal. Quando foi lançado o hospital de Loures, o Primeiro-Ministro anunciou a construção de dez novos hospitais de grande envergadura, de médios e grandes hospitais em Portugal, todos com mais de duzentas camas, entre duzentas a quatrocentas camas. Isso motivou um protesto muito forte sobre a Ministra da Saúde, que, de repente, sentiu que entre os Presidentes de Câmara, nem todos estavam de acordo em ter uma reação tão enérgica perante a Ministra da Saúde e o mais que se conseguiu não foi nenhum comunicado, nem nenhuma posição pública sobre essa matéria, como chegou a propor, mas sim um conjunto de reuniões e um convite à Ministra da Saúde para vir explicar porque é que o novo hospital da região oeste não se estava a fazer e não estava no anúncio que o Primeiro-Ministro tinha acabado de fazer. Isto foi em dois mil e dez. É conhecida a sua posição. Não comenta generalidades de documentos que aparecem e que têm ainda uma fisionomia um tanto ou quanto vaga. Quando a Senhora Deputada diz que vai haver mudança para Torres Vedras, devia de informar a Assembleia Municipal, objetivamente, quais são as mudanças. Quando diz que há um elevado risco, para não caírem numa situação de alarmismo, deve informar e deve sustentar qual é que é a base objetiva para poder dizer isso. Não tem nenhuma informação oficial, a não ser um estudo e estudos há muitos, hipóteses feitas pelas ARS, pelos centros hospitalares, há sempre imensa coisa. Qualquer proposta séria e concreta que haja no sentido de enfraquecimento dos serviços de saúde, estão contra e estarão ativamente contra. Muita coisa tem que mudar nos serviços de saúde. Querem que os serviços permaneçam nas Caldas da Rainha, mas melhores. Não é, nem enfraquecidos, nem a funcionarem mal. Não vai discutir a questão dos resultados financeiros e toda essa problemática que envolve a saúde pública, que é altamente deficitária. Se estiverem à procura de resultados que deem lucros, não vão encontrar isso no campo da saúde, a não ser dentro de determinado tipo de estratégia e de modelo do serviço de saúde. Muitos hospitais privados conseguem funcionar bem e com uma determinada racionalização, mas com contratos enormes com a ADSE, com as seguradoras e que transformam muitos dos hospitais privados em autênticos hospitais públicos. Quem não assistiu já ao mesmo tipo de ambiente, de espera, de demora, de atraso, de desorganização em hospitais novos, por exemplo, na capital do país, porque se transformam, autenticamente, em lugares de escape do péssimo serviço que muitas vezes é apresentado quer no hospital central de Santa Maria, quer nos hospitais distritais e, portanto, na rede mais próxima das populações. São completamente contra isso. Lamenta muito que alguns tivessem baixado a guarda na defesa de um hospital médio, mas que pudesse dar uma resposta tranquila para a fixação de novos residentes, para os investidores, etc.. Os estrangeiros gostam de duas coisas, para além dos portugueses: gostam de segurança e gostam de ter serviços de saúde. Sempre estiveram muito ativos nessa dimensão, mas também aqui foram muito enganados. Hoje,

não gostam de ouvir coisas e preferem esquecer que o PS os enganou e começaram normalmente, com a frase “vou apresentar uma coisa suprapartidária”, porque agora já é fácil estarem todos de acordo. Durante seis anos era difícil estarem de acordo, defendia-se o governo. Não tem nenhum problema em estar contra o governo em matérias em que tenha uma total discordância em relação a essas medidas. Se tiverem uma deterioração dos serviços de saúde, o governo terá a oposição da Câmara Municipal, mas que é limitada à dimensão de apenas um município. Gostava que na área da saúde pudesse haver uma certa unidade entre os municípios, na defesa dessas questões. Quer se queira, quer não, essa união é muito importante, mas até aqui, têm tido sempre alguém que fura essa unidade e alguém que põe sempre em causa a unidade, em bloco, de um conjunto de autarquias, que se estivessem unidas, conseguiam mais coisas para a região. A região tem perdido muitas coisas. Continuará, se tiverem essa atitude, a perder coisas, fase a esta tentativa, de alguns, de quererem sair de uma certa estratégia de equipa e de uma certa coesão que deviam ter, nestas coisas. Vão aguardar, vão ver o que vai acontecer. Não ficaram quietos, nem calados, ou omitir, como muitas das vezes assistiu na Assembleia Municipal, em relação a matérias que, desagradando à Câmara Municipal, tinham o silêncio e tinham a complacência por parte da oposição socialista obidense. Não esperem dele a mesma atitude, se não, não poderia também, na altura, estar a indignar-se e estar contra essa posição. Cá estarão em relação a muitas coisas que vão acontecer. Têm que enquadrar e contextualizar porque é que isto tudo está a acontecer. Isto não pode ser feito às cegas. Têm que fazer as coisas com alguma moderação. Não basta tentarem que o Presidente da Câmara Municipal se mexa, se não é corresponsabilizado. Não façam isso, porque não aceita essa atitude, não é minimamente justa, é completamente desproporcionada e é completamente uma leitura incoerente, até com aquilo que têm lutado e trabalhado. Se há dúvidas, neste momento, sobre aquilo que a Autarquia de Óbidos ou o seu Presidente é capaz de fazer, seja em matéria de saúde ou noutras matérias, essas dúvidas têm que ser claramente dissipadas, porque não têm nenhuma razão de ser.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido reprovada por dez votos contra, oito abstenções e sete votos a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que nas Assembleias Municipais deve estar representado o Executivo Camarário e, pelo que percebe, há dois Vereadores que não estão presentes. Perguntou à Mesa se foi dada alguma explicação sobre essa questão, porque há vereadores que estão a tempo inteiro e parece-lhe que é extremamente relevante que estejam todos presentes. Disse que a televisão na Vila de Óbidos não funciona perfeitamente, pelo que era relevante obter uma explicação sobre esse ponto. Sobre as obras na Pousada disse que houve uma informação de que tinham sido embargadas. Queria saber qual era o ponto da situação sobre essas obras. Estão a decorrer trabalhos de desassoreamento na Lagoa e Óbidos. Queria saber qual é a posição do Executivo Camarário, se tem havido um acompanhamento, se esses trabalhos estão a decorrer com colaboração da Câmara Municipal. Há opiniões contraditórias sobre a forma como esse desassoreamento está a decorrer. Se a posição é que se vai resolver a questão, se não vai. Qual é o timing que está previsto, só até final de Março. Perceber um pouco mais qual é a situação do desassoreamento da Lagoa. A areia está a ficar depositada nas margens, que é uma situação que já decorreu no passado. Facilmente, daqui a pouco tempo, vai estar outra vez na Lagoa. O Executivo, se calhar, não tem toda a ideia da questão. É uma das suas dúvidas. Se é o INAG. Como é que a Câmara Municipal está a acompanhar todo este processo.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que os vereadores a tempo inteiro estão presentes, faltando, apenas, um, que se encontra doente. Não é obrigatório que os senhores vereadores estejam presentes na Assembleia Municipal. É obrigatório haver alguém da Câmara Municipal que preste esclarecimentos quando interpelado para o caso.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa perguntou como estava a evolução da revisão do PDM. Se já foi entregue, se está em análise, como está esta situação, porque houve notícias sobre esta matéria e gostavam

de saber qual é o ponto da situação.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que quem tem que estar representado nas reuniões da Assembleia Municipal é o Presidente da Câmara Municipal. Os vereadores, se estiverem presentes, só poderão falar com autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal. Estar a ver quem está e quem é que não está, quando se trata de funções em que não estão obrigados a estar e só estão, quando estão, por uma questão de deferência e de consideração pelo órgão, que é a Assembleia Municipal, parece-lhe um tanto ou quanto deselegante, fazer esse tipo de apreciação pública.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tomou a devida nota sobre os avisos a fazer à população sobre a celebração da Semana Santa, nomeadamente em matéria de circulação e estacionamento na via pública, como é hábito, aliás, fazerem. Faria muito sentido que fosse a comissão da Semana Santa a dirigir-se ao comércio local, no sentido de terem eles essa iniciativa e para não parecer que é uma espécie tipo de restrição, na medida em que são uma autoridade administrativa e o comércio se quiser estar aberto, está aberto. Se for pela comissão da Semana Santa tem um enquadramento bastante diferente. Acompanha a ideia de preservarem as tradições, os atos simbólicos e as manifestações, neste caso, manifestações religiosas que vão acontecer em Óbidos, brevemente. Espera que mantenham a dignidade com que se habituaram a vivê-las. Desde que nasceu que conhece aquela cratera enorme que é a mina do gesso. Se existe ali alguma anomalia em termos das zonas de escavação, ou que ponham em causa a estrada, ou edifícios, vai ficar atento em relação a essa situação. A mina tem um prazo de exploração muito curto. Não poderá continuar a fazer a exploração por muito mais tempo. Tem um plano de lavra, que é o plano de recuperação, onde tem a recuperação da mina, que é bastante interessante e poderá criar um cenário verdadeiramente magnífico. Conhece a mina por dentro. Ela é um cenário formidável, em termos de escala, em termos de tudo o que ali acontece. Tomou nota e vai ver se existe alguma situação anómala, que exija um acompanhamento da Câmara Municipal, em relação a questões de segurança. Não acompanha a atividade do Royal Óbidos, não sabe. Não acompanha a atividade das empresas diariamente. Não sabe se estão a trabalhar, se estão parados. Aquilo que sabem é que o Royal Óbidos abriu um campo de golfe no mês de janeiro, o terceiro campo de golfe do Concelho e que mantém a atividade no seu empreendimento. Se existe alguma suspensão dos trabalhos, nalgum ponto, não tem conhecimento oficial sobre isso, nem tem que ter. Sobre as outras questões tomou a devida nota e vai pedir para as verem. O elenco tem estado, praticamente, sempre presente. O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro estava a sentir-se doente e estava com alguma dificuldade em faltar à Assembleia Municipal. Mesmo assim esta falta vale vinte por cento e o PS já está com cinquenta. Ainda poderia faltar mais outro vereador do PSD e ainda ficavam abaixo. Mas há um acompanhamento e é um respeito pelo órgão. Tem havido um respeito por parte dos eleitos que o acompanham nas listas, quer na Assembleia Municipal, quer nas várias cerimónias oficiais, feriado municipal, etc., onde gostava tanto de ver os membros da Assembleia Municipal, e que nunca vê. Nunca vê alguns, outros vê, mas a maior parte não vê. Sobre a questão de Pousada disse que a obra sofreu um embargo, estava em desconformidade. Esse embargo mantém-se, está prestes a ser desbloqueado, porque finalmente, após sucessivas reuniões, entre técnicos, tendo intervenção numa, onde solicitou que a abordagem para a correção do assunto tinha que ser diferente, teve informação que há agora uma proposta de acordo com aquilo que os serviços técnicos da Câmara Municipal e da Direção-Regional da Cultura entendem como uma situação aceitável.-----

---A Senhora Vereadora Rita Zina disse que vai ser parcialmente demolido. Vai ser rebaixado. Um dos volumes vai ser significativamente diminuído. A solução da cobertura é totalmente diferente. Vai ter uma cobertura inteiramente verde. Nada de terraços com mini-piscinas. Vai ser arborizado. Vai ter uma fachada, que deixa de ser uma fachada como o Grupo Pestana pretendia, envidraçada. Vai ter uma fachada em alvenaria de pedra. Havia um conjunto de pressupostos da parte da Câmara Municipal, que existiam desde o início e que não estavam a ser respeitados, mas a muito custo, com muito insistência e

com muita firmeza, finalmente parece que chegaram lá e têm uma solução, que ainda estão a apreciar na Câmara Municipal, porque deu entrada há muito pouco tempo, mas que se estiver de acordo com aquilo que foi a última reunião, estará em condições de ser aprovado. Não havia dois níveis. A construção foi sempre de um piso, mas o terraço era acessível, na proposta que estavam a apresentar e queriam executar. Na proposta que irá ser aprovada nunca será acessível. A cobertura tem umas platibandas grandes que vão ser rebaixadas e vai ser feito, sobre a laje que lá está, uma cobertura ajardinada a simular um talude, portanto, a dar continuidade ao talude natural que existe atrás. A solução vai ser essa. Destruído vai ser outro volume lateral que era um volume que eles tinham para zona técnica, mas com um altura muito grande, que vai ser rebaixado também. A principal diferença, além destas, em relação ao que eles pretendiam, é o facto de terem uma fachada que se aproxima o mais possível daquilo que lá existia, que era, uma plataforma com um muro em pedra. É isso que andam a dizer, desde o início, que tem que ser ali feito. Em todas as reuniões diziam isto e eles apresentavam pequenos avanços, muito reduzidos. Por isso, isto foi tão longo, porque a Câmara Municipal não alterou a sua posição e eles demoraram muito tempo a chegar lá.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as pessoas têm que perceber que nestas matérias não vale a pena fazer asneiras. Só perdem com isso. Aqui, a questão não era, nem nunca foi, uma questão de boa vontade. É uma questão de não ceder perante uma proposta que era uma proposta com um impacto extraordinário sobre o conjunto urbano. Ainda hoje podem imaginar o volume, acrescido com a vidraça e com toda aquela proporção. Há uma solução de minimização e de aproximação muito rigorosa, ou melhor, muito perto daquilo que era a proposta que foi licenciada. Foi uma asneira completa, antieconómica para o dono da obra, mas nenhum tipo de pressão, ou de choradinho, valeu a pena. Não cederam minimamente. A posição da Câmara Municipal foi sempre acompanhada pela Direção-Regional de Cultura e vice-versa. Foi um diálogo com duas entidades em simultâneo e quando percebeu que se pretendia resolver o assunto, mais por um lado político, querendo pedir ao Presidente da Câmara Municipal para resolver o mesmo, achou que havia, de facto, que encontrar uma solução, porque estavam a chegar a uma zona que não era boa para ninguém. Ter uma obra parada, naquele sítio, a arrastar-se no tempo. Mantiveram sempre a mesma posição. Sobre a Lagoa de Óbidos disse que a mesma tem uma empreitada de desassoreamento na chamada zona inferior. Trata-se, basicamente, de fixar a aberta mais ou menos a meio, abrir um espaço canal até à zona do cais da Foz do Arelho e com essa areia reforçar o cordão das margens, o que, tecnicamente, é uma operação corretíssima. A única forma de defender as margens é reposicionar a areia. Que ela lá vá parar com a evolução do tempo, é natural. Não há outra forma de lidar com isso. Têm estado a acompanhar a situação e, sobretudo, têm tido um diálogo muito próximo com os pescadores, com a comunidade, que têm manifestado algumas preocupações sobre as dragagens poderem pôr em causa, nalgumas zonas, alguns bancos de bivalves muito importantes, com quantidades muito assinaláveis, o que é dramático para a atividade deles e também em matéria de classificação da Lagoa de Óbidos, nos termos daquilo que é a legislação comunitária para estas atividades. Há neste momento uma classificação de zona C, o que impede que a Lagoa de Óbidos e os bivalves possam ser comercializados, a não ser para a indústria e, portanto, possam ser vendidos ao público, aos restaurantes e por aí a fora. Nessa medida suscitaram uma reunião ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde pediram a intervenção. Numa medida geral, estão a negociar, entre aspas, trabalhar com a nova entidade que concentrou as várias entidades, quer o Instituto da Água, a ARH, as várias que existiam e que tinham, todas, tutelas sobre o domínio hídrico, na Agência Portuguesa do Ambiente e que tem na frente dessa agência o anterior Presidente da ARH, que conhece perfeitamente o assunto. Estão a querer uma delegação de competências em matéria de intervenção na Lagoa de Óbidos e no litoral. Aqui, está prestes a sair uma lei-quadro que estabelece as competências, portanto, tipificar as competências que passaram para os municípios nestas áreas. Algumas são negociadas, outras não, na

medida em que elas vão ser mesmo passadas, unilateralmente, para os municípios, sem estes terem que as solicitar. É uma excelente notícia para os municípios que têm costa e que têm espaços como a Lagoa de Óbidos, porque acabam por levar com as queixas, sem ter a capacidade de intervir e resolver os problemas. No litoral, a única coisa que fazem é limpar as praias. Se quiserem ter uma execução qualquer, uma atividade qualquer, estão sujeitos ao licenciamento que é decidido em Lisboa, de toda a costa portuguesa, que é uma coisa perfeitamente fantástica. Se tiverem um problema na ciclovia têm que ir a Lisboa tentar resolvê-lo. Há hoje um quadro alargado sobre a situação da Lagoa, que após a fusão e esta requalificação do setor das águas, os coloca na situação de ter um interlocutor único e poderem acompanhar melhor estas situações. Sobre as dragagens, que terminam em Abril, segundo crê, espera que se possa realizar um segundo tipo de dragagens na zona superior da Lagoa de Óbidos, ou seja, na foz dos rios e nos braços da Barosa e Bom Sucesso. É uma intervenção que não faz parte desta empreitada. Sobre a revisão do PDM disse que fizeram reuniões muito intensas, internamente, durante o início de dezembro. Tem havido muitas reuniões, com muitas entidades, nos últimos dois anos, com muito trabalho, muita produção de cartografia, de informação. Nessas reuniões, em dezembro, não fizeram outra coisa se não ficarem fechados numa sala, quase vinte e quatro horas, a reverem toda a estratégia. O Executivo esteve seis dias que só saía para tomar uma refeição, precisamente, para poderem apresentar, em meados de dezembro, aquilo que foi a proposta da Câmara Municipal em matéria de revisão do plano, às vinte e cinco entidades que acompanham o Plano Diretor Municipal de Óbidos. Essa apresentação foi feita no dia doze de dezembro e, desde essa altura, aguardam que a CCDR se pronuncie, que é a entidade que coordena todas as vinte e cinco entidades, sobre a proposta que apresentaram. Acontece que apresentaram uma proposta muito original, para a qual o quadro jurídico português não conseguiria dar uma resposta imediata. Tinham o compromisso de ter esta notícia para o final do mês de janeiro, não tiveram, tiveram agora em fevereiro, está a haver algum atraso. Está pedida e marcada uma reunião, só com a CCDR e a equipa que acompanha a Câmara Municipal no plano. A proposta que, basicamente, apresentam é uma proposta que tem a seguinte matriz: Os aglomerados urbanos têm uma área significativa, mas não está delimitada, em termos de cartografia, exatamente, quais são os terrenos, as propriedades, prédios rústicos ou urbanos sobre o qual incide aquela área. Isto é, é criada uma mancha, tipo um anel, para criar espaço urbano, para fortalecer as ligações, dando sempre a ideia de contrariar aquelas linhas em que veem o desenvolvimento, como a Usseira, a Gracieira, ou variadíssimos sítios que crescem ao longo de uma estrada. Tentar o mais possível criar uma matriz de arruamentos e de malha urbana, que crie algum centro e que faça um pouco de sentido, do ponto de vista da concentração de várias funções urbanas, para também fortalecer as localidades. Basicamente, a ideia é esta. À volta do núcleo urbano traçam várias zonas de crescimento, mas essas zonas não podem ser todas ocupadas, apenas uma percentagem das mesmas. Acontece que isso criaria um dispositivo muito interessante. À medida que os empreendedores vão consumindo a área que é destinada para toda aquela zona, vai-se percebendo como é que essa ocupação é feita. Ela pode surgir para norte, para sul, para o centro, mas não é fixa em termos de desenho, de cadastro, etc.. É uma coisa muito mais macro que dá possibilidade a que todos possam suscitar operações de desenvolvimento do território. Esta é uma proposta pela qual se vão ter que bater seriamente, do ponto de vista técnico, porque sobre ela há uma tentativa de acolhimento por parte da CCDR. Compreende, por um lado, a inovação em matéria de ordenamento do território, porque significa que um território fica muito mais aberto a poder receber qualquer iniciativa, ou tipo de iniciativa, que depois, em matéria de licenciamento, tem que ser regulada, mas o território está preparado para o fazer. Por outro lado, cria uma posição, que já foi, embora de forma muito ligeira, tem que ser mais aprofundada, comunicada, que é a dúvida jurídica que existe de não existir uma definição concreta das áreas. Estão precisamente nessa fronteira, a querer introduzir um mecanismo que de alguma maneira desfaz a ideia de que têm uma área urbanizável, uma espécie de PPR e vão executá-la quando

entenderem. PDM significa, para a maioria das pessoas, ou para muitas pessoas, uma clarificação, ou a ideia, onde se pode construir e, portanto, se acrescentou uma riqueza ao terreno, uma riqueza de edificação, uma riqueza urbana. Nessa medida, querem combater uma certa inércia dos donos das propriedades que acham que podem estar sine-dia com essa situação. Muitos querem fazer coisas e não podem, porque o bem que tem área urbanizável é escasso. Sendo escasso, o valor é muito elevado, torna as operações mais difíceis de acontecer. A crise também vai alterar muito a perspectiva de querer ter um terreno urbanizável, ou de querer ter tanto terreno urbanizável. Acham que, fundamentalmente, o importante era dar oportunidade a todos, ou á grande maioria dos proprietários do Concelho de Óbidos. Essa oportunidade tem uma espécie de um prazo, isto é, não é um prazo definido na lei, mas seria dado pela dinâmica dos empreendedores. Se houvesse muitos empreendedores, rapidamente poderiam esgotar a área atribuída, ou não. Essa visão está, neste momento, a ser estudada, seriamente, pela CCDR. Já sabem quais são os problemas que eles levantam à visão da Câmara Municipal. Não queria, desde já, partilhar com a Assembleia Municipal aquilo que é esta fase do trabalho. Só depois de se entenderem com a CCDR é que haverá a chamada fase de inquérito público, onde pretendem fazer uma grande mobilização e dar uma grande publicitação. Tiveram e têm, desde já, esta posição e estarão a lutar por ela até onde for possível.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que em relação ao ponto um, o tempo máximo exigível e permitido pelo regimento é de sessenta minutos. Hoje, o ponto um, durou duas horas e quinze minutos. Se todos os Senhores Deputados usassem da palavra naquilo que têm direito e na proporcionalidade que alguns usaram, sairiam da Assembleia Municipal, possivelmente, depois de amanhã. A Mesa é coerente. As posições que tomou hoje, já foram tomadas noutros dias e com bancadas diferentes. Nesse sentido continua e quer continuar a ser coerente, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Se assim os Senhores Deputados não o entenderem, tomará outro tipo de decisões, quando presidir à Mesa.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E DOZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número novecentos e vinte e nove, de dezasseis de fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal de dois mil e doze.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que na Assembleia Municipal de vinte e quatro de novembro do ano transato, veio para apreciação e eventual aprovação, o mapa de pessoal para dois mil e doze, o qual continha a possibilidade de contratação de vinte e nove trabalhadores. Neste momento, não consegue perceber se é uma alteração a esse mapa de vinte e quatro de novembro, se são mais nove trabalhadores. Solicitou esclarecimentos sobre o assunto.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que não lhe foi dada resposta a várias perguntas que tinha formulado. Solicitou que lhe fosse entregue o quadro de pessoal. Falta o da Óbidos Requalifica. Também queria que lhe fornecessem um relatório das idas dos municípios ao estrangeiro.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é uma alteração ao mapa de pessoal, com o respetivo orçamento, para dois mil e doze. É uma alteração de acréscimo em relação ao mapa que está aprovado, independentemente da data da sua aprovação. Neste momento, nenhuma Câmara Municipal tem possibilidade de estar a abrir procedimentos, como imaginam, pela informação que também é pública. O que estão a fazer é apenas acautelar as necessidades em termos de quadro. Respeitam as limitações que são impostas pela lei de execução orçamental, ou por outra matéria, que obriga à disciplina nesta área. Houve, nestas áreas, a necessidade de acautelar as necessidades do Município, nomeadamente, nestes três sectores, em termos de mapa de pessoal. Logo que as restrições acabem e caso as

possibilidades do Município o permitam, poderão, então abrir procedimentos. O Senhor Deputado Custódio Santos tem o mapa de pessoal, tal como todos os outros Senhores Deputados têm. Sobre o relatório dos Municípios disse que era melhor perguntar à Associação Nacional de Municípios. Sobre as atividades desenvolvidas fora do país pelo Executivo, pode dar informação. Elas constam, por regra, nas informações que prestam à Assembleia Municipal. A pessoa que vai mais ao estrangeiro é quem elabora a informação. É o seu adjunto Dr. Miguel Silvestre. Não tendo possibilidade de ir a todos os eventos para os quais os convidam, com muita pena sua, na esmagadora maioria das vezes, sem qualquer custo para o Município, vai o Dr. Miguel Silvestre, que é bom falante e faz umas boas apresentações. Acabou de vir de Viena. Quase todos os meses têm convites e presenças internacionais, que prestigiam muito o nome de Óbidos. Participam em fóruns muito importantes. O último onde participou foi a convite da Comissão Europeia, de uma Direção-Geral da Comissão Europeia. Um seminário muito temático sobre questões relacionadas com indústrias criativas e com pessoas que, normalmente, trabalham com a Comissão na elaboração dessas políticas. É muito importante estar próximo destas pessoas, que definem os instrumentos. Tiveram, na semana que passou, uma comitiva de pessoas ligadas à educação, educadoras, no âmbito de um projeto. Têm financiamento. Fazem candidaturas a projetos europeus. Esses projetos dão-lhes financiamentos que permitem, neste caso, com a cidade italiana Reggio Emilia, fazer com que estas pessoas também alarguem os horizontes, conheçam outras realidades e possam trazer informação e boas práticas. Elas vão em trabalho para beneficiarem o que o Município quer fazer, em termos de projeto educativo. Houve uma funcionária que quis ir e pagou as despesas do seu bolso. Reggio Emilia tem um projeto de envergadura internacional, muito conceituado, porque desde os anos sessenta que aplica métodos que são reconhecidos um pouco por todo o mundo, em termos de pedagogia infantil. Sair fora do país já não é como era há uns anos, em que se via isso como uma coisa um bocado extra, ou um bocado excêntrica. Uma coisa garante. Quem faz as deslocações em nome do Município não vai passear. São deslocações profissionais, muitas delas, para não dizer a esmagadora maioria delas, são financiadas ou a convite de outras entidades.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal de dois mil e doze posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e sete abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – ELEIÇÃO E INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA OESTECIM, DE ACORDO COM A LEI NÚMERO QUARENTA E CINCO, BARRA, DOIS MIL E OITO, DE VINTE E SETE DE AGOSTO: - Presente o ofício do Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim, número setecentos e sessenta e dois, de vinte e nove de novembro de dois mil e onze, solicitando que, em virtude de renúncia do mandato do membro da Assembleia Intermunicipal da OesteCim, Sr. Feliciano Barreiras Duarte, seja indicado, de acordo com a Lei número quarenta e cinco, barra, dois mil e oito de vinte e sete de agosto, o membro seguinte para ser convocado a tomar posse na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Ponto número três – O Grupo do PSD de Óbidos propõe o nome de José Luís de Melo da Silveira Botelho para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim.”.-----

---Como não houve intervenções, passou-se à votação secreta da proposta, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e um voto em branco. Aprovado em minuta por unanimidade.-

---PONTO NÚMERO QUATRO – ELEIÇÃO E INDICAÇÃO DE CINCO DEPUTADOS (SUPLENTE) NO CASO DE IMPEDIMENTOS E AUSÊNCIAS DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA OESTECIM, DE ACORDO COM A LEI NÚMERO QUARENTA E CINCO, BARRA, DOIS MIL E OITO, DE VINTE E SETE DE AGOSTO: - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Ponto número quatro – O Grupo do PSD de Óbidos propõe os seguintes nomes como suplentes no caso de impedimentos e ausências dos membros representantes da Assembleia Municipal de Óbidos na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da OesteCim: Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques, Sabrina M. P. P. Ribeiro, José Ferreira de Sousa Coutinho e Luís Miguel Gonçalves de Oliveira. O Grupo do PS de Óbidos propõe para os mesmos efeitos Ana Maria Ramos de Sousa.”.-----

---Como não houve intervenções, passou-se à votação secreta da proposta, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e três votos em branco. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M., REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E DOZE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oitocentos e três, de nove de fevereiro do corrente ano, remetendo para conhecimento, os documentos de Gestão Previsional da Óbidos Patrimonium, E.E.M., referente ao ano de dois mil e doze.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o documento é um excelente instrumento de trabalho, com boa indicação do que é o orçamento para dois mil e doze. Permite uma análise analítica, que é extremamente relevante. Já houve vários louvores, durante a Assembleia Municipal, aos trabalhos da Óbidos Patrimonium, mas a Óbidos Patrimonium é uma empresa. As contas são apresentadas sob o ponto de vista empresarial e financeiro, de resultados líquidos e de lucro. É importante que não seja perdida essa vertente. Há certos programas que a Óbidos Patrimonium realiza, hoje em dia, que não têm receita. Deve-se equacionar e pensar até que ponto é que faz sentido continuarem no documento. Outro ponto relevante é na parte de fornecimento de serviços externos. Destacou os valores que assumem os trabalhos especializados e os honorários. Pediu à Câmara Municipal o acesso à programação. Deslocações e estadias, despesas de representação, é pouco num orçamento de dois milhões de euros. Com o sucesso que têm estes eventos, a Vila Natal, a Vila Medieval e o Chocolate, têm sessenta mil euros de patrocínios e trinta e oito mil euros de publicidade. Parece que os números não casam. Os números são quase iguais, a ordem de grandeza em relação aos anos anteriores que vinham do Fundo de Turismo. Seria de esperar um pouco mais destes valores. Estão a três ou quatro meses de ter as contas do ano de dois mil e onze e podem ver, aí, os valores. Estes valores casam depois com o subsídio da Câmara Municipal. Há valores de receitas das bilheteiras que depois podem ver, quando for a apresentação de contas.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que intervém para tentar estabelecer uma distinção entre o exercício do direito de informação e o exercício do comentário. Uma coisa é pedirem uma informação. Outra é fazerem um comentário. A cavalo do pedido de informação, afinal o que se pretendia fazer era um comentário. Foi o que acabou de ouvir. Nos eventos da Óbidos Patrimonium são verdadeiramente impressionantes o número e o peso das parcerias, em patrocínios, que não são feitas em moeda. Muitas delas são feitas em trabalho. Muitas delas são feitas em prestação de serviços. Se há alguma capacidade imaginativa de fazer aquilo que não era feito antes, numa altura de crise, as parcerias que hoje se podem estabelecer são muito mais nessa base, na aceitação da prestação de serviços da parte de patrocinadores, muitas vezes em alternativa ao financiamento. Em muitos casos acabou e, assim, não cessa a colaboração e, nalguns casos, até se inicia.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA ÓBIDOS REQUALIFICA – EMM, REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE DOIS MIL E DOZE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número novecentos e

trinta, de dezasseis de fevereiro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Orçamento da Receita e da Despesa da Óbidos Requalifica – EEM, referente ao exercício económico de dois mil e doze.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues pediu à Câmara Municipal que falasse um bocadinho acerca da Óbidos Requalifica. O programa das atividades vem-se repetindo ao longo dos anos. Parece ser um caso típico de insucesso das empresas municipais. Propuseram a fusão das empresas. Pensa que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já terá também aventado a hipótese deste figurino mudar. Imagina que seja complicado, atendendo ao passivo que a empresa tem. Gostava que falassem um pouco dessa matéria, se fosse possível.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a questão é posta de uma forma um bocadinho vaga. No geral, falar sobre a Óbidos Requalifica. A Óbidos Requalifica é um veículo que a Câmara Municipal criou em dois mil e seis para concretizar um conjunto de intervenções. Tem, hoje, um património assinalável. Tem um loteamento no parque tecnológico de Óbidos. Tem um imóvel. Busca financiamento para requalificar esse imóvel importante, que acharam que faria sentido preservar nas mãos do Município, sito em A da Gorda. Um conjunto de antigos armazéns de vinho, que se não o tivessem feito, provavelmente, já não existiriam, ou com maior dificuldade, poderiam convencer um privado a manter um conjunto edificado, que pode ser requalificado e deve, à medida que as possibilidades assim o permitam. Fez essas aquisições, tem desenvolvido, tem, acima de tudo, hoje, uma função de apoiar e dinamizar as áreas do empreendedorismo, a área do apoio empresarial. Tem programas em curso e tem, neste momento, um espectro de intervenção muito limitado, nomeadamente em matéria de requalificação urbana, por aquilo que foi um conjunto de legislação que em dois mil e seis, quando foi criada, não existia. Estas entidades tinham uma autonomia que rapidamente desapareceu, na medida em que foram transformadas, à luz da legislação, passando a ter que agir como se fossem pequeninas Câmaras Municipais por sector. Nessa medida, a requalificação, no período que estão a atravessar, tem sido muito difícil de concretizar. Não concorda que seja um caso de insucesso. Empresas que têm património, que cumprem, quer esta, quer a Óbidos Patrimonium, os objetivos para os quais foram criadas. Neste caso, poderia dizer que a Óbidos Requalifica não foi tão longe quanto à sua ideia inicial, em termos da sua fase de criação. Isso reconhece perfeitamente. Se não estivessem a atravessar um período muito intenso, em termos de crise económica, teria também uma capacidade de afirmação muito diferente. Hoje é muito difícil vender lotes. Hoje é muito difícil obter financiamentos. Estão condicionados na questão das parcerias público ou privadas, sempre na lógica de toda a disciplina pública e de legislação que condiciona estas entidades empresariais. Estudaram vários cenários em relação ao futuro da Óbidos Requalifica. Acharam que a ideia da fusão é uma ideia que, quando é aprofundada, é muito difícil de ser concretizada, na medida em que têm um objeto social muito definido e muito abrangente na Óbidos Patrimonium, onde é difícil misturar outro tipo de objetos sem desvirtuar a filosofia daquela empresa. Estariam a trazer áreas como a requalificação urbana, como a dinamização empresarial, que entretanto, muitos delas são absorvidas pela Obitec, que é uma associação que congrega várias outras entidades e que, por se ter entendido, no âmbito das políticas de elegibilidade dos programas operacionais, como o melhor instrumento, na medida em que as empresas municipais foram colocadas de fora do acesso aos financiamentos comunitários. Isso criou ali um constrangimento. Parece-lhe também que a sua situação de acompanhamento, de elaboração de projetos, acompanhamento de ações da Câmara Municipal, continua, perfeitamente, aceitável e justifica-se manter este veículo, apesar de não ir tão longe como gostariam. Continua a desempenhar um papel de apoio e de acessória, na intervenção da requalificação urbana da Câmara Municipal, muito importante. É uma empresa que não tem grandes custos e que não tem uma situação muito complicada, quando olham para uma empresa que esteja excessivamente endividada. Fez uma operação de endividamento para o financiamento do parque tecnológico, numa altura em que era importantíssimo concretizar a operação e os fundos comunitários não estavam a

acompanhar, em sede de tesouraria, aquilo que eram as necessidades da empresa, mas numa lógica perfeitamente consciente, por parte do seu único acionista, que é o Município, que tem capacidade de prover a amortização desse empréstimo. Acha que estão a bater numa tecla que é um bocadinho mais do mesmo. O PS, legitimamente, já colocou esta questão. O eleitorado já se pronunciou, mais do que uma vez, sobre a enfãse das críticas e dos desgostos do PS. Para desgosto do PS, todos sabem o que tem acontecido. Sentem-se legitimados, validados com a sua estratégia e sempre abertos a que as novas soluções, como a que têm em carteira, mas numa fase inicial, possam ainda abrir novos horizontes em matéria de requalificação. Em matéria de requalificação, a Câmara Municipal tem feito muito, mas não está a sentir o acompanhamento, por parte de outras entidades. Têm património na Vila de Óbidos e não requalificam absolutamente nada. Gostava que houvesse alguma preocupação, também por parte da Assembleia Municipal, sobre esse tipo de casos e, nomeadamente, de casos em que a Câmara Municipal já criou soluções de financiamento e as entidades recusam-se a fazer requalificação. Aqui, ninguém pode apontar o dedo à Câmara Municipal, dizendo que a mesma não tem dado o exemplo. Têm feito intervenções atrás de intervenções, têm intervenções a decorrer, mas estão a fazê-lo sozinhos. Continua a fazer muita confusão terem situações de imóveis, com um corpo significativo, dentro da Vila de Óbidos, que não são requalificados e postos ao serviço do centro histórico. Aí, não vê nenhum tipo de preocupação, nenhum tipo de crítica, nenhum tipo de querer respostas sobre isso, mas também, nenhum tipo de pressão sobre a Câmara Municipal para atuar sobre essas entidades. Não permitirão, por muito mais tempo, este completo desleixo em termos patrimoniais, de entidades que devem ter uma resposta, depois do esforço, enormíssimo, que andam a fazer há dez anos, a comprar e a recuperar esses edifícios, em nome de uma Vila mais bem preservada. É uma dimensão onde a Óbidos Requalifica ainda poderá ser muito útil no encontrar de estratégias futuras. Existam capacidade financeira e fundos que permitam, ou que queiram, fazer intervenções no espaço urbano, seja na Vila de Óbidos, seja noutros aglomerados do Concelho de Óbidos. Continuam a fazer esse contato e a desenhar esse tipo de soluções, mas, como devem imaginar, o acesso ao financiamento também não é fácil e as apostas por parte de alguns instrumentos que ainda existem, não têm sido em grande número, não tem sido muito fácil concretizá-las no terreno, face aos tempos que estão a atravessar. Têm que alargar a rede de intervenção sobre outros atores que existem na Vila, que existem no Concelho e que têm que ter um bocadinho mais de capacidade de intervenção do que aquela que têm. Sobretudo quando têm instrumentos públicos disponíveis, financiamentos públicos disponíveis e que os rejeitam, como o caso de uma situação que é do conhecimento de todos, em que criaram uma viabilização para a recuperação do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia e que foi rejeitada pela direção da mesma. É uma coisa que lhe parece muito preocupante, porque continuam a não assistir a quaisquer medidas, que não dizem apenas respeito aos proprietários, dizem respeito ao conjunto, dizem respeito a uma esfera pública que é a da preservação de um centro histórico, que tem delicadas responsabilidades perante o país, perante o turismo e perante todo o projeto que procuram desenvolver no Concelho de Óbidos. Para isso precisam de ter um centro histórico bem cuidado, com muitas funções. Estão a requalificar tudo, a atrair empresas e sentem aí uma atitude de deixar que a Câmara Municipal faça as coisas. Quando consegue criar soluções, as entidades dão-se ao luxo de não as aceitar. Perece-lhe que é uma matéria que urge encontrar soluções e que deve preocupar todos, um bocadinho.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que as empresas municipais existem para prosseguir melhor os fins que os Municípios devem conseguir. Salvaguardando, naturalmente, as questões do passivo da Óbidos Requalifica, designadamente o empréstimo de um milhão e meio de euros ao Barclays e também à regularização da situação fiscal, relativamente ao terreno dos arcos, que são situações que têm que ser assumidas, têm muitas dúvidas que os fins que a empresa Óbidos Requalifica prossegue não possam ser prosseguidos ou pelo Município em si, ou por um aditamento do objeto social

da Óbidos Patrimonium. Isto com a vantagem de se poupar nos órgãos sociais e também nas remunerações, que por aquilo que é dito, são trezentos mil euros por ano, não é despiciente. Alguns dos fins que a Óbidos Requalifica se propunha acabaram por ser consumidos com as alterações da lei. Foi criada a Obitec que acaba por prosseguir um conjunto de fins que a Óbidos Requalifica pretenderia prosseguir, designadamente, a candidatura aos fundos comunitários. Existindo a Obitec, por um lado, existindo, provavelmente, também, maior disponibilidade por parte dos técnicos do Município para prossecução de projetos, atendendo ao abrandamento da atividade da construção e da própria reabilitação, imagina que o staff técnico da Câmara Municipal esteja com menos ocupação do que anteriormente, não sabe se faz muito sentido a continuidade da Óbidos Requalifica. Insiste nesta questão. Acha que isto deveria ser muito bem pensado. Não lhe parece, a menos que provem o contrário, que faça sentido a existência de uma empresa municipal como esta, que lhe parece um evidente caso de insucesso.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que está de acordo com a ideia de que tem que se encontrar alguma forma das casas serem recuperadas. Há uma casa muito próxima do jogo de bola, conhecida por Estalagem do Lidador, propriedade das Pousadas de Portugal. É um exemplo. Não lhe parece que faça muito sentido que as Pousadas de Portugal estejam a fazer obras de requalificação no local onde é a pousada, hoje em dia, e tenham um prédio devoluto, que não tem telhado. Não sabe se é deles, efetivamente. Não faz sentido. Tem que se encontrar uma forma de estas coisas serem resolvidas. Deve haver uma proposta, em Assembleia Municipal e, deve ser de total transparência, sob pena de estas questões do imobiliário levantarem, sempre, imensas questões. A casa da Salavisa está fechada. Passou por lá, há dias e, parece que está abandonada, Está lá uma bica de imperial e umas mesas atiradas. Tem que haver uma forma mais agressiva de conseguir alcançar alguns resultados neste tema, que não é um tema fácil. Antigamente eram obrigatórias as caiações. Hoje em dia, parece que deixou de haver cal. Não é de hoje. Já há quatro ou cinco anos que é assim, as casas não são caiadas. As Igrejas estão, enfim-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos disse que dos cenários que estudaram, um deles foi a extinção, pura e simplesmente. Como é que poderiam absorver as funções e as áreas que a Óbidos Requalifica tem, um assunto perfeitamente pacífico e não necessitariam de as carregar, mudando a cor da Óbidos Patrimonium. Esse não é o problema, não é um problema de reorganização. A questão é uma questão técnica. A Óbidos Requalifica tem financiamentos que vão desde o Centro de Emprego, financiamento comunitário, ou seja, ela tem um conjunto de responsabilidades, pode mostrar todos os pareceres que pediu a todas as entidades, que, pura e simplesmente, tornam o processo de extinção, ou muito difícil, ou desaconselhável, nesta altura. Às vezes não basta só ter ideias. Do ponto de vista prático como é que elas se concretizam? O que têm que respeitar, do ponto de vista formal? Como é que as coisas têm que ser feitas? Nessa matéria, pode demonstrar que os custos, neste momento, de extinguir uma empresa municipal, como a Óbidos Requalifica, são bastante elevados. Os pareceres e os pedidos estão datados e não foi por causa de uma certa vaga sobre as empresas municipais que aconteceu, até porque o que preocupou sempre a administração central são as fortíssimas dependências e passivos de determinadas empresas em função às suas Câmaras Municipais e estarem a ter um peso muito grande na dívida do respetivo Município, com a consolidação das contas entre empresas municipais e as contas dos municípios. Se não tivessem mudado as regras do jogo, provavelmente não teriam criado a Obitec. Viram, depois, nessa dificuldade, uma vantagem, porque permitiu alargar e trazer uma série de outras entidades, que também não vão lá meter dinheiro, mas vão meter e metem outras coisas. Ainda esta semana houve Assembleia Geral da Obitec e estão a produzir um trabalho muito importante, do ponto de vista imaterial. Acha que não basta apenas dizer assim: “Neste momento não estão a ter um determinado tipo de resultados, acaba-se ou funde-se”. Não é tão fácil quanto isso. Não é nada fácil, é muito complexo extinguir, à luz da lei em Portugal e face a estas responsabilidades contraídas. Têm um financiamento com uma empresa de inserção que é plurianual. Têm uma lógica de intervenção de espaços verdes em que

integram, periodicamente, no âmbito desse programa, portanto, fazem inserção social, cumprindo as medidas todas e recebem financiamento através do Instituto de Emprego para o fazer. De repente terminam com a entidade que era a detentora disso. Mas o Município não é ilegível no âmbito, não se pode transformar numa empresa de inserção social. Este é um dos variadíssimos problemas que têm. Se tiverem soluções que o Município, internamente, ainda não as descobriu, terão todo o gosto em aceitar. Tanto como criaram, extinguem. O que não podem é ignorar as responsabilidades que existem. Do ponto de vista dos credores, basicamente têm um banco. Isso nem era o problema, na medida em que isso poderia ser assumido pelo Município. Há questões, que de facto, têm que ter resposta, a um nível técnico. Não é uma questão política, uma opção. Aqui não têm grande opção. Sobre a Estalagem do Lidador disse que é um imóvel onde têm uma disputa com o Grupo Pestana, na medida em que a Câmara Municipal entende que aquilo não é propriedade do Grupo Pestana, porque não faz parte, não é matéria da concessão que integrou o processo de concessões ou de privatização que ocorreu, há uns anos, das Pousadas de Portugal. Acham, do ponto de vista técnico, que aquele edifício pertence ao Estado e à Enatur e que não é parte da concessão. Questionaram a Direção-Geral do Património, que já respondeu, dizendo que estão disponíveis para arrendar ou vender ao Município. Diga o Município o que pretende fazer. O Município respondeu, por deliberação, para dizerem quanto é que querem, porque o Município pondera a aquisição do imóvel, para o recuperar e colocar ao serviço da Vila. Em vez de receberem a resposta, tiveram uma mudança súbita de posição da Direção-Geral do Património, dizendo que, por lapso, não informaram, mas é seu entendimento, agora, de que isto integrou o processo o concessão ao Grupo Pestana das Pousadas de Portugal. Têm aí um braço de ferro. Têm dito, a eles, que não faz sentido nenhum. O que o Grupo Pestana faz com a criação da Pestana Pousadas, com o grupo que faz a gestão das Pousadas de Pousadas, é fazer pousadas e a Câmara Municipal não acha adequado a construção de uma pousada naquele local. Isso já lhes foi transmitido, com toda a clareza. Não tem bons acessos. Só vai complicar a difícil gestão de mobilidade dentro da Vila de Óbidos, para as pessoas que se sujeitarem a ficar ali. De momento, não lhe parece que o centro histórico precise de mais unidades hoteleiras. Nada contra as unidades hoteleiras. Ultrapassaram os cinquenta por cento de funções culturais e turísticas dos edifícios na Vila de Óbidos. Isto é muito excessivo para um espaço urbano que tem que ter um certo *mix*, quer dizer, não pode estar numa monocultura. Se aprofundarem mais isto, põem serviços públicos, turismo, isto é, unidades hoteleiras, museus e, basicamente, estão a acentuar a desertificação da Vila de Óbidos e a construir um processo de grande artificialização. Quando fizeram esta avaliação passaram a ter uma política diferente. Quando compraram as casas, estão a fazer nove intervenções, metade delas é para as pessoas viverem. Hoje, ou as pessoas vivem ou as pessoas vêm trabalhar. Vão colocar espaços no edifício da farmácia para atrair empresas, jovens empresas, atividades, gente que venha para cá trabalhar e que venha para cá, de alguma maneira. Já chega de instalar serviços públicos, já chega de instalar, também, apenas unidades ligadas ao turismo. Não quer dizer que não se vá licenciar mais nada nessa área. É preciso reequilibrar as coisas. Ter uma estalagem em mil novecentos e trinta e um é uma coisa. Ter uma estalagem agora, no espaço urbano, que é a Vila de Óbidos, é completamente diferente. Aquilo é um péssimo exemplo daquilo que é o estado central e no dia em que admitirem isso, também não têm a resposta por parte do dono, entre aspas, por parte deles, de que iriam fazer a requalificação. Eles dizem que gostavam de fazer, mas também não têm dinheiro. Vão precisar de uma década para recuperar o investimento que lá estão a fazer, na melhor das hipóteses. E muito sucesso e imagem tem a Pousada de Óbidos. O investimento que está ali a ser feito é enormíssimo. Entre aquisição e recuperação ultrapassa um milhão de euros. Recuperar isto não é fácil, porque o número de unidades de alojamento é muito curto. Há pouco, o que discutiam era a receção. É uma área pública que apoia quer a zona do castelo, quer outras zonas. Nem sequer a requalificação da pousada dentro do castelo, como chegou a ser pensada, foi em frente. Houve um recuo completo por parte do legítimo concessionário que é o Grupo Pestana. A pousada de Óbidos podia ser

muito mais otimizada, mas necessitavam de fazer investimento. Foi pensado o restaurante sair daquele local, fazerem quartos naquele sítio, ter um restaurante térreo, ter uma dinamização daquele pátio, tão bonito, da praça, retirar dali a cozinha, fazer, enfim, uma alteração e tudo isso foi abandonado. Trabalharam esses projetos todos com eles e acabaram, por uma questão financeira, por recuar. Mesmo que abdicassem desta questão deste imóvel, não teriam garantias que fosse recuperado. É, neste momento, o pior imóvel, ou para aí o segundo pior imóvel na Vila de Óbidos e onde vivem esta situação de impasse. Espera poder ter algum apoio do Secretário de Estado que tutela a Direção-Geral do Património. Vão ver se terão alguma solução diferente. Não é fácil, face a esta mudança de posição interna que existiu. Teve sempre o apoio do Arquiteto José Duarte no acompanhamento destas situações que, dentro das finanças, iam fazendo uma coligação, para ver se conseguiam salvar, ou pôr a mão, naquele edifício, para ele vir para a Câmara Municipal, para depois ser recuperado. A situação é complicada.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que está totalmente de acordo com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não podia estar mais. A propósito deste ponto e desta questão da casa, acha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve uma intervenção absolutamente notável, acerca daquilo que é o futuro da Vila, acerca da ocupação do espaço público, das unidades hoteleiras, dos serviços públicos e dos museus, que, de facto, podem conduzir a uma desertificação da Vila. Não está a ironizar. Está totalmente de acordo e esse é um mote a que poderiam, talvez, dedicar algum tempo, em futuras Assembleias Municipais. Esteve muito bem.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO SETE – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIA DE MEIOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE AMOREIRA – TRANSPORTE DE PESSOAS COM MOBILIDADE ESPECIAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e noventa e dois, de vinte e sete de Fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para a Junta de Freguesia de Amoreira – Transporte de pessoas com mobilidade especial.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para a Junta de Freguesia de Amoreira – Transporte de pessoas com mobilidade especial posta à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO OITO – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que é uma alegria saber que Óbidos foi escolhido, mais uma vez, pela Federação Portuguesa de Futebol, para acolher o estágio da seleção antes do europeu. São sempre boas notícias e ficam sempre contentes. Pediu se lhe podiam facultar o ponto número dois, análise da situação financeira, para além do desdobramento da dívida a fornecedores, com todas as outras subcontas, referente a esta data, final de fevereiro.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa manifestou o seu apreço pela Medalha de Mérito Municipal que foi atribuída à Associação “O Socorro” das Gaeiras, pelos altos préstimos em prol da comunidade. De facto, tem sido uma associação que tem estado ao serviço da comunidade local, nomeadamente, da área das Gaeiras. A atribuição dessa medalha nesse dia significativo, que é o feriado municipal, é o reconhecimento público, das mais altas instâncias do Concelho, dessa intervenção que tem tido junto da

comunidade. Gostaria de salientar o seu apreço por essa atribuição. Muitas das vezes não estão presentes, porque não trabalham no Concelho.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que começaram a construir um projeto educativo, que começou por ter um parque municipal. A ideia era fazer um grande parque, de excelência, com grandes condições. Fizeram-no ao ponto de, hoje, figurarem em compêndios como o da OCDE, que os põe entre as melhores instalações escolares do mundo. Sempre disse que era muito importante construir, a seguir, o projeto educativo, ou em paralelo, mas que, depois, os anos futuros fossem muito a construção disso e não apenas a construção de obra física. Construir estas coisas não se faz sozinho. Não têm os quadros todos. Não sabem tudo. Vão dando respostas. Têm uma orientação, têm um modelo de intervenção que precisa de ser testado. Há pouco, na resposta sobre as viagens ao estrangeiro, falou sobre o projeto que estão a ter com Reggio Emilia. É, pode garantir, um dos projetos que ao nível do pré-escolar permite posicionarem-se, em termos de aprendizagem e de cooperação, com o melhor que se faz no mundo. Montaram, agora, um segundo projeto, para quando terminar o projeto com Reggio Emilia. É um projeto com uma escola modelo na Dinamarca, cujo tema são os processos de ensino-aprendizagem, portanto, modelos alternativos na forma de ensinar as crianças. É uma área que considera, pessoalmente, uma área chave de um projeto educativo. É feito numa escola que teve oportunidade de visitar em dois mil e cinco, onde passou uma semana ao lado de diretores de escola. Teve uma oportunidade, importantíssima, de poder estar concentrado nas questões da educação e de aprender muito. Teve agora oportunidade de os convidar para fazerem um projeto com o Município de Óbidos. Eles aceitaram. Na exigência da candidatura que fizeram a um programa comunitário para financiar esta cooperação eram exigido parceiros, para além dos parceiros locais, neste caso a escola, esta escola, que é a escola de Hellerup, num Município da periferia rica de Copenhaga, com o agrupamento de escolas de Óbidos. Para além desses parceiros é obrigatório a existência de um parceiro nacional, com alguma dimensão. A Dinamarca conseguiu colocar a Microsoft Denmark, uma empresa que todos conhecem, uma multinacional. É um parceiro de peso e entraram no projeto com um dos parceiros mais desejados, que ele próprio mais desejava que entrasse no projeto educativo de Óbidos, que é a Fundação Calouste Gulbenkian. Considera a Fundação Calouste Gulbenkian como um parceiro extremamente importante, não só no cumprimento daquilo que se vai fazer no âmbito dos dois anos, caso este programa seja aprovado, só sabem lá para junho, mas porque ele abre as portas imediatas para um trabalho muito próximo, com uma estrutura que tem uma capacidade de financiamento, que tem um *know-how*, que tem um acesso. Qualquer coisa de muito importante que aconteça no país, no sector da educação, já de há muitos anos para cá, passa pelas mãos da Fundação Calouste Gulbenkian. Queria dar essa informação, porque isso dá-lhes o ânimo de pensarem que aquele sonho de se posicionarem e de construírem durante vários anos um projeto bem posicionado, com parceiros com capacidade para desenvolverem um grande projeto educativo, está a acontecer e está a ser feito. Estão a trabalhar todos os dias para que isso aconteça. Gostava de partilhar isso com a Assembleia Municipal, hoje. Futuramente darão esses passos. Subiram as escadinhas todas dentro da Gulbenkian até à Administração que os acolheu e achou muito importante, também, o trabalho que estão a fazer e que vem ao encontro daquilo que pode ser desenvolvido por ambas as Instituições. Sente, até, que o Município de Óbidos é aqui o parceiro mais pequenino, neste colégio de parceiros para o projeto internacional, mas que ganha, de facto, aqui, também uma responsabilidade. Trará, certamente, muitos benefícios, com muita aprendizagem, muitos conhecimentos para os professores, para os organizadores, para a população, no fundo, para o Concelho de Óbidos.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas do dia um de Março do corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----